



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 022

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Dobrandino da Silva |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PTB | Carlos Simões |
| PFL | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Ademar Traiano |
| PMDB | Antonio Anibelli |
| PP | Cida Borghetti |
| PT | Tadeu Veneri |
| PDT | Barbosa Neto |
| PSL | Luiz Carlos Martins |
| PL | Mauro Moraes |
| PPS | Waldir Leite |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO**022ª SESSÃO ORDINÁRIA 02****Lista de presenças..... 02****Expediente..... 03**

Requerimentos 03

Projetos de Lei 08

Projeto de Decreto Legislativo..... 15

Horário do Pequeno Expediente 15

Dep. Barbosa Neto 15

Dep. José Domingos Scarpellini 16

Dep. Hermes Fonseca 17

Dep. Elza Correia..... 18

Dep. Valdir Rossoni 19

Dep. Durval Amaral..... 21

Horário das Lideranças 22

Liderança do PSB: Dep. José

Domingos Scarpellini 17

Liderança do PMDB: Dep. Elza

Correia 19

Liderança do PSDB: Dep. Valdir

Rossoni..... 20

Liderança do PSL: Dep. Luiz

Carlos Martins..... 23

Liderança do PDT: Dep. Barbosa

Neto..... 23

Liderança do Governo: Dep.

Dobrandino da Silva 24

Liderança da Oposição: Dep.

Ademar Traiano 26

Ordem do Dia 28

Leitura do Expediente 28

Discussão/Votação 29

2ª Discussão (Em Votação) 29

Redação Final..... 31

1ª Discussão 32

Discussão Única..... 36

Requerimentos 36

Ordem do dia da próxima Sessão39**Publicações39**

Atos da Comissão Executiva39

Atos da Comissão Executiva39

Atos da Diretoria Geral39

Portarias39

Portarias DAT40

022ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE ABRIL DE 2005**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi
secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e
Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Nelson Justus, plauto Miró Guimarães e Renato Gaúcho (06). Achando-se em viagem oficial os seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira e José Maria Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 704**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 002/2005 por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 038/2005 por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 (Estabelece os casos de contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica) por 02 (duas) Sessões.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nº 2, 3 e 6

apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nº 1, 4, 5, 7, 8, 9, e 10 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 445/2004, que dispõe sobre registro junto à Secretaria da Segurança Pública das empresas comerciais que comercializem resíduos de cabos de cobre e alumínio para revenda de sucata desses materiais e dos estabelecimentos comerciais assemelhados, tendo em vista que a proposição encontrava-se anexada ao Projeto de Lei nº 473/2004, que já foi aprovado e tornou-se Lei nº 14.647, de 24.02.2005.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Hiroshi Miyahira, membro da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra).

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Jeová Bruno, ocorrido no dia 31 de março em curso, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O desenlace do cidadão José Jeová Bruno entristece a todos os que tiveram a ventura de privar do seu convívio. Ele tinha 83 anos de idade, 50 dos quais vividos naquela cidade noroestina. Sua morte entristeceu a todos os que conheceram principalmente os que com ele conviveram na Prefeitura Municipal onde trabalhou por dezenas de anos.

Que da decisão desta Casa de Leis, se dê ciência à família enlutada, através de envio à Câmara de Vereadores daquele Município e ao seu filho, José Edmundo Bruno, morador no Bairro Santa Felicidade.

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Metadeo Trelinske Tenshena, ocorrido dia 03 de abril de 2005, no Município de Reserva.

Requer outrossim, que da decisão da casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 54 anos de idade faleceu no dia 03 de abril, no Município de Reserva, o Sr. Metadeo Trelinski Tenshena, que era agricultor.

Seu desaparecimento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviço e amigos, dentre eles este Deputado.

O Sr. Metadeo Trelinske Tenshena deixou viúva a Sra. Lokenia Salkoski. Deixou ainda, duas filhas: Rozinha Tenshena e Marli Tenshena Pereira, o genro Gilmar e 02 netas.

O Sr. Metadeo era pessoa bastante estimada naquela região onde era presidente da Igreja da Comunidade de Campina Bela. O seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus parentes e amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares do Sr. Metadeo encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família do Sr. Metadeo, endereçando a ela, voto do mais puro sentimento, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento da jovem Cassia Cristina Caroni, ocorrido no último dia 03 de abril de 2005, em Santa Izabel do Ivaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 17 anos de idade, faleceu no último dia 03 de abril, a jovem Cassia Cristina Caroni.

Cassia era filha do Sr. Cícero e da Sra. Rosi. Deixou 2 irmãs.

Era uma jovem muito querida por todos que com ela conviviam. Filha carinhosa, dedicada a todos os familiares e amigos.

O passamento de Cassia veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu imenso círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou o convívio de seus entes queridos, de seus amigos; resta-nos todavia, o consolo, e a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família e aos amigos.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares da Cassia Cristina, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Caroni, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de congratulações ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, agradecendo o atendimento às reivindicações da comunidade londrinense no que tange à assinatura de convênios para repasse de verbas mensais.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Sr. Valdemir Dias pela sua eleição como Presidente da Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao homenageado.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de congratulações ao Sr. José Schimistz, Presidente da Associação de Moradores da Vila Marta, recentemente homenageado no dia 30 de março pela FEMOCLAN, devido ao seu trabalho sério e competente à frente da entidade.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. José Schimistz, acerca do voto em apreço, no endereço da Rua Machado de Assis, 69, Vila Marta, Almirante Tamandaré (PR), CEP 83.508-310.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à população do Município de Palmeira, pela celebração da passagem dos 186 anos de emancipação política.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Altamir Sanson, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Álvaro Elias Bacila, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Palmeira estará no próximo dia 07 de abril, comemorando com grande júbilo os 186 anos de emancipação política do seu município.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador que continua, ao longo desses anos, colaborando para o constante progresso do Município.

Homenageamos também com esta proposição seus administradores de todos os tempos que sempre acreditaram e acreditam, como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de Palmeira, com este voto, toda admiração e respeito, pela colaboração que vem prestando ao longo desses anos para o completo desenvolvimento do Município.

REQUERIMENTO Nº 725

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Auto Mecânica Osvaldo Ltda., na pessoa de Francisco Carlos Boche-neck, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 726

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Top Brand Confecções e Presentes, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Adega Franco, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Restaurante Bizz Bom Ltda, nas pessoas de Jaime e Aglae Bizz, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Favretto Publicidade Ltda., pelos

excelentes serviços prestados aos seus clientes por mais de 20 anos.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a construção de uma trincheira ou passarela na BR-376, nas proximidades do km 29, em Contenda, Município de São José dos Pinhais-PR.

A via existente não oferece segurança nem condições de tráfego de pedestres, onde a circulação de crianças é inevitável, pois residem nas regiões de Roça Velha e do Córrego Fundo, havendo necessidade de atravessar a BR-376 para chegar à escola Municipal Luis Singer, única escola da região.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Lupionópolis, conforme proposição já protocolada junto ao COHAPAR.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Lupionópolis, sendo que este Deputado, desde a administração municipal passada, vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção destas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

REQUERIMENTO Nº 710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Polícia Militar doar um caminhão do Corpo de Bombeiros ao Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cornélio Procopio necessita urgentemente de um caminhão com os devidos equipamentos para uso da corporação do Corpo de Bombeiros, pois a sua população, composta por 44.766 habitantes,

precisa do mesmo para suprir a demanda, ou seja, cumprir missão constitucional; a execução de atividades de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos no âmbito do Estado do Paraná.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dado autorização à Polícia Militar para doar referido caminhão ao Corpo de Bombeiros do Município.

REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Polícia Militar doar um caminhão do Corpo de Bombeiros ao Município de Assaí.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Assaí necessita urgentemente de um caminhão com os devidos equipamentos para uso da corporação do Corpo de Bombeiros, pois a sua população, composta por 18.259 habitantes, precisa do mesmo para suprir a demanda, ou seja, cumprir missão constitucional; a execução de atividades de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos no âmbito do Estado do Paraná.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dado autorização à Polícia Militar para doar referido caminhão ao Corpo de Bombeiros do Município.

REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Polícia Militar doar um caminhão do Corpo de Bombeiros ao Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandirituba necessita urgentemente de um caminhão com os devidos equipamentos para uso da corporação do Corpo de Bombeiros, pois a sua população, composta por 18.660 habitantes, precisa do mesmo para suprir a demanda, ou seja, cumprir missão constitucional; a execução de atividades de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos no âmbito do Estado do Paraná.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dado autorização à Polícia Militar para doar referido caminhão ao Corpo de Bombeiros do Município.

REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Polícia Militar doar um caminhão do Corpo de Bombeiros ao Município de Porecatu.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Porecatu necessita urgentemente de um caminhão com os devidos equipamentos para uso da corporação do Corpo de Bombeiros, pois a sua população, composta por 17.060 habitantes, precisa do mesmo para suprir a demanda, ou seja, cumprir missão constitucional; a execução de atividades de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos no âmbito do Estado do Paraná.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Polícia Militar para doar referido caminhão ao Corpo de Bombeiros do Município.

REQUERIMENTO Nº 714

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Polícia Militar doar um caminhão do Corpo de Bombeiros ao Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Negro necessita urgentemente de um caminhão com os devidos equipamentos para uso da corporação do Corpo de Bombeiros, pois a sua população, composta por 29.687 habitantes, precisa do mesmo para suprir a demanda, ou seja, cumprir missão constitucional; a execução de atividades de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos no âmbito do Estado do Paraná.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Polícia Militar para doar referido caminhão ao Corpo de Bombeiros do Município.

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre documento em anexo, o qual nos foi encaminhado pela Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sr. Rubens Ghilardi, solicitando informações sobre o aumento da tarifa de energia dos moradores do assentamento Jardim Monte Cristo de Londrina, conforme mostra reportagem em anexo.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi e ao Diretor do DER, Rogério Tissot, informar:

1 - É o próprio DER, quem exerce a atividade de fiscalização sobre as concessionárias das rodovias estaduais pedagiadas, no que respeita ao cumprimento das respectivas obrigações contratuais?

2 - Em caso negativo, como e por quem é procedida a fiscalização? Como foi procedida a contratação para esse fim? Qual o valor total do contrato, qual o repasse mensal? E qual a vigência deste contrato? De quem é a responsabilidade pela remuneração das empresas encarregadas de fazer a fiscalização? O pagamento é feito diretamente à empresa ou através do DER? Qual o valor pago mensalmente?

3 - Houve rescisão contratual? Qual o motivo? A fiscalização vem sendo feita regularmente, encaminhar cópia dos respectivos procedimentos.

4 - As concessionárias efetuam algum pagamento para custear a fiscalização das suas próprias atividades? Qual o valor pago mensalmente? E em favor de quem?

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(aa) BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e à Diretora-Presidente da CEASA para que informem e encaminhem cópia de todos os procedimentos licitatórios procedidos pela Companhia, para aquisição de bens ou mercadorias ou, ainda, para a contratação de serviços de terceiros, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Informar, inclusive, sobre contratos efetivados com dispensa de licitação, justificando o fato.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no intuito de pedir a liberação urgente das atividades da FERROESTE, que foram interditadas na semana passada pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Essa liberação imediata se impõe visto que cerca de três mil toneladas de cargas deixam de ser transportadas diariamente pela FERROPAR (Ferrovia do Paraná S/A), empresa concessionária do trecho da FERROESTE entre Cascavel e Guarapuava, acarretando grande prejuízo para as mais de quinze empresas que operam pelo terminal ferroviário, como bem, às cooperativas do Oeste do Paraná que se servem do mesmo terminal para escoar as produções via Porto de Paranaguá.

A medida está prejudicando, em muito, os agricultores da região que já estão enfrentando dificuldades devido à longa estiagem que se verifica.

A decisão de interditar os trilhos da FERROESTE se contrapõe ao discurso da administração pública estadual que pugna pelo barateamento do frete, opondo-se ao pedagiamento de rodovias por achar que isso vai contra a economia popular. Mas, quando é possível a baixa de custo, pelo uso do transporte ferroviário, o Governo paranaense age dissonante ao seu discurso e de mal alvitre, sem antes esgotar as viabilidades de negociação e do acerto, quanto às obrigações a serem cumpridas pela FERROPAR, concedendo prazos, vem logo interditar o seu funcionamento.

Em nome de todo o setor produtivo do Oeste do Paraná, que já lamenta, e muito, o momento difícil da agricultura, rogamos pela sensibilidade do Sr. Governador em atender este pleito.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Barbosa Neto e Durval Amaral.

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Rubens Ghilardi, solicitando informações sobre o programa Luz Para Todos, no Município de Sapopema, já que o produtor rural Antonio Camilo da Silva aguarda há vários meses a instalação da energia elétrica na proprie-

dade rural localizada no km 113, da Rodovia do Cerne, na Estância Monte Alegre, Município de Sapopema.

Na mesma situação do Sr. Antonio Camilo da Silva, encontram-se dezenas de pessoas que também pleiteiam o benefício Luz Para Todos, mas que não conseguem a eletrificação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 152/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Famílias Carentes com Tuberculose - AACT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Famílias Carentes com Tuberculose - AACT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo prestar atendimento complementar à saúde de pacientes portadores de tuberculose, hanseníase e câncer, bem como às suas famílias, distribuindo cestas básicas, promovendo acompanhamento social, visitas domiciliares e hospitalares, entre outras atividades.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade do Município, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que faticitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoioamento dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 153/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher, atendida em serviços de urgência e emergência e cria a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher.

Art. 2º As instituições prestadoras de serviços de saúde, públicos e privados, que prestam atendimento de urgência e emergência serão abrigadas a notificar, em formulário oficial, todos os casos atendidos e diagnosticados de violência contra a mulher, tipificados como violência física, sexual ou doméstica.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, considera-se:

I - violência física com agressão física sofrida fora do âmbito doméstico;

II - violência sexual como estupro, ocorrido em âmbito doméstico ou não;

III- violência doméstica como agressão física praticada por um familiar contra outro ou por pessoas que habitam o mesmo teto ainda que não exista relação de parentesco.

Art. 3º - As instituições prestadoras dos serviços de saúde devem obedecer à classificação desta lei para tipificar a violência contra a mulher, a partir do formulário (ficha ou prontuário) do primeiro atendimento, conforme disposto no artigo 2º.

Parágrafo Único. Caso, no formulário de primeiro atendimento, o "Motivo de Atendimento" não seja violência, não tendo sido feito o diagnóstico de violência, qualquer profissional de saúde que detecte que a mulher atendida a sofreu, deverá comunicar o fato ao profissional responsável pela condução do caso, solicitar a correção do "Motivo de Atendimento" no prontuário e o preenchimento da Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher.

Art. 4º Os dados de preenchimento na Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher são:

I - dados de identificação pessoal, como nome, idade, cor, profissão e endereço;

II - motivo de atendimento;

III - diagnóstico;

IV - descrição detalhada dos sintomas e das lesões;

V - conduta, incluindo tratamento ministrado e encaminhamentos realizados.

Parágrafo Único. A Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher deverá ser preenchida em duas vias: uma ficará em um arquivo especial de violência contra a mulher na instituição de saúde que prestou o atendimento, e a outra será entregue à mulher por ocasião da alta.

Art. 5º Os dados do Arquivo de Violência contra a Mulher de cada serviço de saúde e os dados das Divisões de Epidemiologia da Secretaria de Estado da Saúde são confidenciais, só podendo ser fornecidos:

I - à pessoa que sofreu a violência, devidamente identificada, mediante solicitação pessoal e por escrito;

II - autoridades policiais e judiciárias, mediante solicitação oficial.

Art. 6º Os órgãos prestadores dos serviços de saúde deverão encaminhar bimestralmente, em um prazo de até oito dias úteis, findo o bimestre, à Divisão de Epidemiologia de sua jurisdição de saúde boletim contendo:

I - o número de casos atendidos de violência contra a mulher;

II - o tipo de violência atendida.

Parágrafo Único. Serão excluídos dos dados da pessoa atendida, o endereço ou qualquer outro dado que possibilite sua identificação. Os demais dados da Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher deverão constar no boletim, inclusive o Município e o bairro onde a vítima reside.

Art. 7º A Divisão de Epidemiologia da Secretaria da Saúde divulgará semestralmente as estatísticas relativas ao semestre anterior.

Art. 8º Fica criado no âmbito da Secretaria da Saúde a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher, objetivando acompanhar implementação da presente lei, bem como sugerir políticas públicas para a diminuição da violência contra a mulher. A referida comissão reger-se-á por regulamento interno a ser elaborada por seus primeiros integrantes, e sua composição deverá conter entre dez e vinte membros, com mandato de quatro anos.

Art. 9º A Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher deverá conter, obrigatoriamente:

I - pelo menos um representante da Divisão de Epidemiologia da Secretaria Estadual da Saúde;

II - representante do Conselho Estadual de Saúde;

III - representante dos serviços privados de saúde;

IV - representante de Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher;

V - representante da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa;

VI - pelo menos quatro representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º A coordenação da Comissão será eleita por seus integrantes. Qualquer membro da Comissão é elegível para o cargo de coordenação, incluindo a coordenação geral.

§ 2º As representações constantes nesta lei para a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher serão indicadas pelos respectivos setores.

§ 3º Caberá à Secretaria Estadual da saúde prover as condições sociais e materiais, incluindo local adequado de funcionamento e recursos humanos necessários ao desempenho das funções da Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher.

Art. 10 O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher, atualmente denominada violência de gênero (violência contra a mulher na vida social privada ou pública), ocorre tanto no espaço privado quanto no espaço público e pode ser cometida por familiares ou outras pessoas que vivem no mesmo domicílio (violência doméstica) ou por pessoas sem relação de parentesco e que não convivem sob o mesmo teto.

No entanto, está constatado que a violência mais comum contra a mulher é a doméstica, que é aquela cometida por familiares ou pessoas que vivem na mesma casa, que causa morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, à mulher, sendo, infelizmente, uma das mais invisíveis e uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas no mundo.

Trata-se de um fenômeno mundial que não respeita fronteiras de classe social, etnia, idade e grau de escolaridade. A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência doméstica como um problema de saúde pública, pois afeta a integridade física e mental. Mulheres em situação de violência freqüentam com assiduidade os serviços de saúde, em geral com “queixas vagas”. As rodas das vítimas de violência doméstica passam regularmente pelos pronto-socorros, pelos ambulatórios e pelos hospitais da rede de saúde, que em geral não conseguem fazer o diagnóstico de violência doméstica, assim como não compreendem a magnitude do problema como uma questão de saúde pública nem conseguem assumir a responsabilidade social que lhes cabe.

O presente projeto de lei é inspirado na luta árdua que o movimento de mulheres vem empreendendo há anos no combate à violência contra a mulher. Atende à reivindicação do movimento acerca da necessidade de o serviço de Saúde assumir também como sua responsabilidade a atenção à mulher em situação de violência. Já não há dúvida quanto à necessidade emergencial da adoção de um plano de ação e de protocolos específicos na área de saúde para esse atendimento, assim como são imprescindíveis investimentos na capacitação (habitação e reciclagem) de profissionais de saúde, em todos os níveis, para atender e acolher as mulheres de forma humanizada, primado pelo respeito aos direitos humanos, tendo como objetivo dar visibilidade ao problema e criar condições para enfrentá-lo. Ademais, ressalta-se que projetos de igual natureza têm sido apresentados e aprovados em Casas Legislativas no país, o que demonstra sua importância.

É dever do Estado e da sociedade delinearem estratégias para acabar com essa violência e resgatar a auto-estima da mulher. E ao setor de saúde cabe acolher as vítimas, buscando minimizar sua dor e evitar agravos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste importante projeto.

PROJETO DE LEI Nº 154/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas a adotarem medidas de segurança que evitem a troca do tipo sanguíneo em caso de transfusão.

Art. 2º Para consecução dos objetivos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I - assinatura de um termo de concordância dos familiares de 1º grau concordando com a tipagem sanguínea a ser utilizada para a transfusão.;

II - em caso de negativa dos familiares com relação ao tipo sanguíneo, torna-se obrigatório a nova coleta para a realização da contra-prova;

III - em casos de urgência e não se conseguindo a comunicação com um dos familiares será feito o procedimento mediante a assinatura do médico, do responsável pelo laboratório e do banco de sangue, de que o sangue a ser utilizado é compatível com o do paciente.

Art. 3º As instituições referidas no artigo 1º desta lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao disposto na presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposição em razão da gravidade que ocorre com a troca de tipos sanguíneos que são utilizados para a transfusão de sangue que constantemente vem acontecendo nas instituições de saúde.

Tais erros trazem para seus envolvidos danos de difícil reparação, eis que muitas vezes acabam em morte. Para coibir tal situação faz-se necessária a adoção de algumas medidas de segurança para evitar um procedimento mal adotado.

Erros que podem ser evitados com medidas simples, mas eficazes como, por exemplo, a assinatura de um termo de compromisso dos familiares concordando com a tipagem sanguínea a ser utilizada para a transfusão, realização de uma nova coleta para a realização de uma contra-prova e por último a assinatura em caso de urgência, do médico ou responsável, concordando com a tipagem realizada pelo laboratório para a efetiva transfusão de sangue.

Pela gravidade da matéria e a sensibilidade dos meus Pares nesta Casa Legislativa, tenho certeza que o Estado do Paraná terá, em breve, mais esta importante lei.

PROJETO DE LEI Nº 155/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório no Estado do Paraná a existência de bebedouros e sanitários, observada a distinção de sexos, para não funcionários, em todos os andares e divisão de hospitais, casas de saúde ou maternidades, públicos e privados.

Art. 2º As instituições referidas no artigo 1º deverão adequar-se à presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros hospitais do Estado do Paraná vivem a triste realidade de não fornecer à população condições mínimas de dignidade humana, frente às suas necessidades vitais.

O presente projeto, pois, possui como condão adequar a realidade vivida por inúmeros pais, parentes e amigos de pessoas enfermas a melhores condições de saúde e dignidade humana.

PROJETO DE LEI Nº 156/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É permitida a presença de acompanhantes aos enfermos nas dependências das enfermarias e das unidades de terapia intensiva (UTI) dos hospitais, casas de saúde e maternidades públicas e privadas, resguardando o tempo de 03 (três) horas por dia onde serão realizados procedimentos de higienização tanto no local como dos pacientes, além dos exames de maiores complexidades.

Parágrafo Único - Para a consecução da norma, necessário se faz a presença de cadeiras e colchonetes que permitam a presença do acompanhante em tempo integral, observado o disposto na parte final do dispositivo.

Art. 2º As instituições referidas no artigo 1º deverão adequar-se à presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros hospitais do Estado do Paraná vivem a triste realidade de não fornecer aos acompanhantes nas enfermarias condições mínimas de dignidade humana.

Por outro lado, a presença dos pais, parentes e amigos é imprescindível à recuperação do paciente.

O presente projeto, pois, possui com o condão adequar a realidade vivida por inúmeros pais, parentes e amigos de pessoas enfermas a melhores condições de saúde e dignidade humana.

PROJETO DE LEI Nº 157/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no quarto sábado do mês de abril o "Dia Estadual dos Desbravadores", a ser comemorado anualmente, constando, portanto, no calendário de eventos do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tem este projeto de lei, o escopo de homenagear de forma permanente e à altura, um clube de serviços que presta relevante contribuição para a formação de condutas consentâneas com os ditames de elevação do nível moral da juventude, alicerçados nos princípios do Criador do Universo.

Tal agrupamento que colabora de forma indireta, mais positivamente com os Poderes Públicos, orientando juvenis entre 10 (dez) e 15 (quinze) anos, para o respeito aos símbolos pátrios, defesa do meio ambiente, retirando-os da ociosidade, ensinando ainda a desenvolverem diferentes atividades típicas à faixa etária, desviando-os, destarte, das drogas, dos furtos, da prostituição dentre outros comportamentos anti-sociais e mesmo os delitos graves que seguramente os conduziriam para os "depósitos" de menores.

Cumpramos esclarecer que tais clubes surgiram de forma embrionária em 1919, nos Estados Unidos da América com o nome de Clube de Escoteiros Missionários.

Dado ao fato de haver se sentido o imediato positivo em prol da sociedade, rapidamente espalhou-se por todos os Continentes, tratando-se, portanto de uma organização mundial.

Os clubes de Desbravadores desenvolvem o importante papel de trabalhar com os juvenis na idade das mudanças, quando as crianças ainda não estão preparadas para o fato, isto é, por aceitarem, estas mudanças que virão. Não entendem o que está acontecendo consigo, e muitas vezes não são entendidas. Aparecem as reações e mudanças físicas e sociais que nunca experimentaram.

Aí surge no cenário o Clube dos Desbravadores abrindo um espaço próprio, para agasalhar estes menores. Equilibrando alegria e aventura com regulamentos, e princípios, dentro de uma didática séria, cria-se uma

estrutura adequada que ajuda a atravessar melhor a difícil fase da puberdade.

É justamente a este Clube, que só no Paraná reúne aproximadamente dez mil juvenis, que desejamos homenagear. Assim, conto com o acatamento de meus ilustres Pares a mais esta iniciativa de nossa parte.

PROJETO DE LEI Nº 158/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os supermercados e estabelecimentos afins ficam obrigados a informar, mediante cartazes afixados em locais de destaque, preferencialmente onde estiverem expostos, a data de validade dos produtos que fizerem parte de promoções especiais e/ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§ 1º Quando os produtos anunciados apresentarem mais de um prazo de validade, todos deverão ser divulgados de igual maneira.

§ 2º A exigência constante no *caput* deste artigo não exime o estabelecimento da obrigatoriedade de informar os prazos de validade dos produtos em seus respectivos rótulos ou embalagens.

Art. 2º Os destaques dos cartazes e placas com as datas de vencimento da validade deverão respeitar a mesma proporção daqueles que destacarem os preços promocionais.

Art. 3º Em se tratando de promoções veiculadas de forma oral por sistemas de som, meios eletrônicos e/ou equipamentos similares, na reprodução das informações sobre o produto, o prazo de validade deverá ser anunciado pelo mesmo método, simultaneamente.

Art. 4º É obrigatória, nos anúncios veiculados através de material gráfico em geral, panfletos, folders, jornais, entre outros, nos veiculados através de meios digitais, bem como propagandas e comerciais em rádio e televisão, a informação do prazo de validade dos produtos em promoção.

Art. 5º O descumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, a serem aplicadas pelo órgão de defesa do consumidor:

I - advertência por escrito da autoridade competente, esclarecendo que, em caso de reincidência, estará o infrator sujeito às penalidades previstas nos incisos II e III deste artigo:

II - multa de R\$ 100,00 (cem reais) por produto promocional anunciado;

III - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por produto promocional anunciado, a cada reincidência.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição encontra guarida na legislação infraconstitucional e constitucional pátria, tendo como escopo a proteção dos consumidores que vêm sendo prejudicados por diversos estabelecimentos quando da compra de mercadorias que por muitas vezes encontram-se com prazo de validade para consumo vencido ou bastante próximo do seu vencimento.

Inobstante é crível salientar que o consumidor tem o direito a informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características do produto, bem como a qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança, conforme o disposto no artigo 30 do Código de Defesa do Consumidor.

No caso de omissão das citadas informações, o aludido Estatuto do Consumidor estabelece como pena, detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, combinada com a aplicação de multa pecuniária.

Logo, pela importância que representa a presente proposição legislativa, que tem como objetivo alcançar uma maior justiça no âmbito das relações de consumo, gostaria de contar com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação do presente.

PROJETO DE LEI Nº 159/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que usarem na produção de bens, a mão-de-obra carcerária, dentro das Penitenciárias Industriais do Estado, ficarão isentas do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias).

Art. 2º As empresas deverão respeitar as regras estabelecidas pelo Estado do Paraná e Secretaria da Segurança para ingressar nas Penitenciárias Industriais do Estado.

Art. 3º A Empresa para fazer jus à isenção, fica obrigada a, além dos pagamentos de salários aos presos em conformidade aos padrões legais e de mercado, fornecer cursos profissionalizantes gratuitos, que lhes garantam reconhecimento de especialização na área que atuarem, internamente.

I - Estes cursos, devem ser realizados por profissionais habilitados, em observância a cada área.

II - Devem ser emitidos aos presos, certificados de reconhecimento nacional, do curso ofertado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder, às empresas que atuam dentro do Sistema Penitenciário do Estado, nas chamadas Penitenciárias Industriais, isenção do ICMS.

Esta isenção possui amparo legal em consonância com a Constituição Federal em seu artigo 155, inciso XII, letra “g”, que confere poder aos Estados para promover isenções, incentivos e benefícios fiscais, podendo conceder ou revogar.

A referida norma, denominada Lei de Responsabilidade Social, tem por objetivo incentivar as empresas a investir no material humano depositado nos presídios, fazendo com que os apenados recebam educação profissionalizante e tenham contato com o trabalho, na busca de seu engrandecimento como ser humano, tendo como finalidade última a diminuição dos índices de criminalidade e, sobretudo de reincidência.

Após uma verificação realizada por nossa equipe, tendo como objeto pesquisas realizadas por profissionais ligados à segurança pública, constatou-se que os índices de reincidência entre apenados que recebem educação profissional ou têm contato com trabalho enquanto cumprem pena, apresentam redução na ordem de 50% (cinquenta por cento), sendo observada redução média de 70% (setenta por cento) para 20% (vinte por cento).

Segundo informações prestadas pela Dra. Dilza Sbrissia, que dirige desde 1999 o Presídio Industrial de Guarapuava, no nosso Estado, uma das unidades que apresenta terceirização de mão-de-obra, estima-se que a reincidência entre os presos que passaram por aquele instituto carcerário e receberam educação profissional ou oportunidade de trabalho está na casa de 5% (cinco por cento) e 7% (sete por cento).

É cristalino que o trabalho permite a elevação da auto-estima pelo exercício de uma atividade laboral remunerada. Contudo, tendo em vista a atual condição do País e do próprio mundo globalizado, torna-se cada vez mais difícil o ingresso ao mercado de trabalho, o que certamente tem como reflexo o aumento contínuo da criminalidade em todo o território nacional, fazendo com que tal matéria seja um problema amplamente discutido nos dias atuais.

Notadamente, o problema se agrava quando se trata das populações de baixa renda que evidentemente é a mais atingida pelo desemprego, tendo em vista as poucas oportunidades de emprego e educação ofertadas pelo Poder Público. Consequentemente, a referida parcela da população acaba por ser a mais atingida pelos dispositivos penais, sendo mais uma vez esquecida em verdadei-

ros depósitos humanos sem as mínimas condições de dignidade.

Tal situação vem sendo encarada de frente pelos governantes do nosso Estado que na medida do possível vêm construindo estabelecimentos com melhores condições, baseados na evolução do ser humano.

Neste vértice, tendo como escopo precípua a garantia da ordem pública e a melhoria de condições das parcelas mais desvalidas da população, nada mais benéfico do que a oportunização do trabalho para dignificação do apenado, que além dos benefícios já especificados por esta lei ainda recebe aqueles determinados pela legislação federal, tais como remissão (três dias trabalhados = redução de um da pena a ser cumprida), entre outros.

Por conseguinte, o atual projeto de lei coaduna-se com os demais dispositivos legais que observam e determinam a reintegração social do apenado, que é objetivo precípua do sistema carcerário, como bem adverte a Lei de Execuções Penais em seu artigo 1º: “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado ou internado”.

Deve-se colocar na cultura atual que a pena não pode mais ser encarada como inflição de dor sem sentido, pois como brilhantemente relata o penalista Eugênio Raul Zaffaroni “a seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais¹.

Para o professor Nilo Batista, autoridade internacional no ramo do Direito Penal “a missão do direito penal defende (a sociedade), protegendo (bens ou valores ou interesses), garantindo (a segurança jurídica ou a confiabilidade nela) ou confirmando (a validade das normas)². Observe-se que os fins assinalados se projetam predominantemente na relação pena/sociedade e se apresentam como um sinal positivo, que abrange a funcionalidade, utilidade e dignidade do sistema penal.

Baseando-se neste critério e ainda no ensinamento do mestre Heleno Cláudio Fragoso, “o fim do direito é a tutela e a preservação dos interesses do indivíduo e do corpo social”, o atual projeto mostra-se fiel ao pensamento dos mais abalizados penalistas nacionais e estrangeiros, pois a função do legislador como representante do povo é verificar a melhor forma de defender os interesses de todo o corpo social e, ao defender a isenção de imposto para aqueles que auxiliam o estado na formação de uma sociedade saudável, está o legislador olhando o

1. ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro, Revan, 1991. 5 edição, pág. 12.

2. BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. Rio de Janeiro, Revan, 8ª edição, pág. 111.

futuro, visando a melhoria das condições a todos os cidadãos.

Engana-se aquele que pensa que o apenado é o único a sofrer uma sanção. Na verdade o que se tem por trás do instituto do cárcere é o retorno da dor à sociedade, pois aquele que não tem condições mínimas de vida e de recuperação da vida, acaba se voltando contra seus irmãos.

Por fim, está claro para todos que a prisão não pode se destinar apenas ao simples papel de algo anexo ao “gueto”. Assim, por questão de responsabilidade social, cabe a reflexão sobre o tema, para que o processo venha a culminar na conversão do presente projeto de lei, tendo em vista todos os benefícios intrínsecos por ela trazido.

Certamente, a isenção ora proposta apresentará efeitos mínimos perto do enorme ganho social e por consequência monetário aos cofres públicos, pois com o passar dos dias, o governo terá muito menos gasto com a segurança pública. Vale ressaltar ainda que o Paraná, caso aprove este projeto, estará mais uma vez na vanguarda nacional, pelo que certamente será seguido pelos demais Estados da Nação.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 160/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Grandes Rios - APMI, com sede e foro no Município de Grandes Rios / Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Grandes Rios, que tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e infância.

É notório que as pessoas dos Municípios do Estado do Paraná são carentes não só no que tange à parte financeira, mas também de instruções, informações e conhecimento, para que proporcione um desenvolvimento na comunidade municipal para que não mais exista o puro assistencialismo, e sim uma busca pelo desenvolvimento por meios próprios, e essas APMI's proporcionam isto, oferecendo cursos às mães e atendimento às crianças e adolescentes.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 161/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Além dos descontos compulsórios, será permitida, com autorização expressa dos servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná, a consignação de:”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

A redação do *caput* do artigo 2º da referida lei não contemplou, cremos que por esquecimento, os servidores inativos e pensionistas da permissão de consignação em suas folhas de pagamento.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 162/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A emissão de receituário e carimbos médicos só será efetuada, mediante apresentação de carteira profissional do requerente, emitida pelo CRM, ou de pessoa por ele constituída por procuração e fotocópias autenticadas do documento de identidade de ambos para cadastro na empresa prestadora do serviço.

Art. 2º Desde já, obriga-se a empresa prestadora do serviço à criação de formulário específico para registro em 2 (duas) vias de solicitação de impressos, onde deverá constar o nome, nº de registro no CRM, CPF e RG do profissional, descrição do pedido, data e sua assinatura ou de seu outorgado, bem como do profissional gráfico, sendo a 2ª via dispensada ao solicitante.

Art. 3º A empresa prestadora de serviço obriga-se a fazer constar sua razão social e respectiva inscrição junto ao CNPJ/MF, em comum acordo com o profissional requerente, quanto à disposição da mesma no receituário.

Art. 4º A inobeservância das disposições desta lei, ensejará cominação de multa administrativa, no valor de 150 UFI's, a qual será revertida à Secretaria Estadual de Saúde.

Parágrafo Único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O procedimento de receitar é um ato exclusivamente médico. Sendo assim, todo aquele que fizer uso deste expediente, sem a habilitação necessária, estará incorrendo em uma infração penal, nomeada como Falsidade Ideológica.

A referida conduta, praticada por quem não tem formação na área, exaure-se no falso, sendo normalmente usada com a finalidade de angariar vantagens indevidas, por meio do erro, colocando em risco a saúde pública.

Salientamos, outrossim, que ainda contribui para agravar sobremaneira o quadro de saúde do nosso Estado. Tal premissa torna-se verdadeira, quando o cenário público é lesionado sistematicamente, sendo que na maioria das vezes essas receitas podem ser adquiridas em caráter totalmente gratuito, junto às farmácias que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), as quais são subsidiadas pelo Poder Público.

Dessa maneira, urge-se adotar medidas rígidas e que disciplinem o setor.

Projeto de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam designados os Deputados Ratinho Júnior, Reni Pereira e Hermes Fonseca, para atuar no processo de catalogação, remissão e consolidação das leis estaduais, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob a coordenação do primeiro.

Art. 2º - Ficam designados para o Comitê Técnico Executivo da Coordenação do Programa de Catalogação, Remissão e Consolidação de Leis Estaduais, os funcionários Alan Marcos Andrade, Luciano Lacerda Neto, Silsso Antonio Corso, Richard Rüppel Sotto Maior, Delôra Terezinha Carvalho, Everlei Terezinha Cleto, Elite de Paula Xavier, Cleusa Helena Pereira Muller e Maria Henrique de Paula, sob a supervisão do Diretor Legislativo, Severo Olimpio Sotto Maior.

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO, em 30.03.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados. Nas últimas 24 horas, oito pessoas foram baleadas apenas na zona Leste da cidade de Londrina. Ontem à noite mais três pessoas baleadas, sendo uma delas uma jovem de 22 anos que levou um tiro na boca. Outro rapaz recebeu quatro projéteis contra o seu corpo e um outro foi atingido na perna. Uma cena dantesca foi vista num salão de beleza - uma cabeleireira se deitando para evitar os disparos quando viu algumas moças deitadas no solo, uma delas ensangüentada, com uma criança de dois anos, a filha dela no colo.

Mesma ação nós tivemos na semana passada no Rio de Janeiro, quando trinta pessoas foram vítimas de chacina. Nesses dois casos, em Londrina, dois rapazes de motocicleta passaram atirando a esmo. A diferença é que do Rio de Janeiro para Londrina, na nossa cidade, são trabalhadores, são donas de casa, são mulheres que trabalham, que estudam e que estão sendo vítimas da violência.

Ontem à tarde um jovem estudante que foi trabalhar no comércio do pai aos dezoito anos, Robson Fugikawa Andrade, acabou sendo morto com um tiro na cabeça em mais uma tentativa de assalto. No mesmo bairro, na Vila Casoni, na Sexta-Feira Santa um comerciante de 57 anos que tirava o carro de madrugada e ao fechar o portão para se dirigir a Maringá, onde passaria a Páscoa com a família, também tombou assassinado.

Este é o reflexo da falta de atenção do Governo do Estado para com a segurança pública na cidade de Londrina. Em 95 dias, 49 pessoas morreram assassinadas na segunda maior cidade do Estado. Há cerca de um mês o Governo deu um presente a Londrina: retirou 37 policiais militares que foram trabalhar na fronteira do Brasil com o Paraguai. Outras seis vítimas também fizeram parte dessa força-tarefa e deixaram de atender à cidade de Londrina. Há uma defasagem de quase quatrocentos homens na Polícia Militar. Na Polícia Civil estão trabalhando apenas dez policiais na área operacional. E o que mais nos estarrece é quando chegamos aqui

na capital e vamos ali na Avenida das Torres, Vila Torres, a cavalaria com o soldado passando, eu tive a pachorra de ver agora há pouco, o cavalo pastando no canteiro central e o guarda, o Policial Militar lendo um panfleto, assim, na maior tranquilidade, e nós lá em Londrina esperamos há tanto tempo a resposta do Governador Roberto Requião que seria o xerifão da Polícia, que mandaria a cada quinze dias o Secretário da Segurança para estabelecer uma ponte com a nossa cidade na área da Segurança, mas não!

Se a minha palavra não basta, se o meu lamento não escoa, eu tenho aqui, assinado pela Associação Comercial de Londrina, um ofício. Quem assina é José Augusto Rapcham, Presidente, mostrando a indignação com o descaso do Governo do Estado em relação à violência em nossa cidade, situações violentas que não encontram eco por parte do Estado.

Mais uma vez é o nosso protesto; não são jovens delinquentes que estão morrendo; são cidadãos de bem!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. passa a usar o Horário da Liderança do PDT ou vai concluir?

Para concluir um minuto para V. Exa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Só quero concluir, Sr. Presidente, Augustinho Zucchi.

Fica aqui a nossa indignação e mais uma vez da sociedade londrinense que clama por atenção por parte do Sr. Secretário da Segurança Pública e do Governo do Estado.

Não é possível mais Londrina conviver com tal situação de abandono, principalmente na área de Segurança Pública! No Rio de Janeiro o Governo Federal desrespeitou o Estado e enviou uma força-tarefa contra a Governadora Rosinha Mateus, contra a vontade dela. O que fará o Governo do Estado do Paraná em relação à reclamação da sociedade londrinense aqui representada neste ofício que estamos encaminhando, através de requerimento ao Sr. Governador e ao Secretário da Segurança Pública para dar um pouco só da atenção que Londrina merece? Não a mesma atenção de Curitiba que aqui temos, é claro, quase quatro vezes a população de Londrina, mas o mínimo que a nossa cidade, proporcionalmente, exige e tanto necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao Sr. José Domingos Scarpellini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Amanhã teremos, nesta Casa, a presença do Secretário da Segurança que virá ao plenarinho às 10h da manhã, onde será questionado, inquirido, sobre questões já previamente estabelecidas, entre elas: prisão de menores em cadeias públicas; maus tratos a presos; alimentação indigna, uma verba de dois reais por pessoa.

Virá aqui o Dr. Fernando Delazari que confirmou sua presença através da imprensa no Norte do Paraná no final de semana e nós, de maneira civilizada - é evidente não poderia ser diferente - vamos questioná-lo.

Ninguém é dono da verdade, ninguém quer ser dono de solução de nenhum tipo de problema. O que nós queremos é que se estabeleça uma pauta mínima de trabalho para resolvermos algumas questões que estão pendentes no Paraná. Dentre essas, a da pasta do Sr. Secretário da Segurança, que realmente está a dever algumas explicações, e neste sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil confirmou presença para participar dessa audiência pública e que vai estabelecer um trabalho em prol de pessoas que hoje não podem falar, de pessoas que se encontram nas masmorras espalhadas pelo Paraná, em completo abandono e esquecimento, sofrendo um verdadeiro tratamento cruel imposto por aqueles que certamente não conhecem o outro lado da vida.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, disse o colunista Fábio Campana, hoje que: “quando o Deputado José Scarpellini colocou em seu pronunciamento na Assembléia, comparando a cadeia de Paranaguá com Auschwitz e parecida com o porão de navio negreiro, era uma retórica. Uma figura retórica”.

Quero reafirmar aqui o meu pronunciamento de ontem e dizer aqui que não é retórica. A situação que se encontram os presos em Paranaguá é pior que o porão de navio negreiro! É pior que Aschwitz! Apenas não tenho palavras, Fábio Campana, para poder descrever aqui, o que vi lá.

Mas, quero aqui, Presidente Zucchi, dar um testemunho dizendo que ainda não consegui dormir; já são duas noites, porque é realmente uma coisa traumática e não tem como descrever em palavras, Deputado Anibelli. Não posso acreditar que o ser humano possa ficar naquela condição subumana e cruel.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado José Scarpellini, V. Exa. ocupará o Horário da Liderança do Partido?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pois pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Tem o horário V. Exa.

Passa a usar o Horário da Liderança do PSDB

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Fico agradecido com a sua colaboração em me alertar sobre esse tempo, porque é o tempo que temos para falar por aqueles que não têm voz, que estão num calabouço, que estão fadados a uma condenação de morte num país que não tem pena de morte!

O Sr. Natálio Stica (PT)

Quero dizer que escutei ontem, quando V. Exa. fez o pronunciamento, e hoje na mesma linha. Sei da sua luta pelos direitos humanos, chega a ter o apoio de muitos Deputados porque sabemos que os direitos humanos devem ser respeitados.

Algum ponto do seu pronunciamento tem que ser questionado. V. Exa. pondera que dois reais/dia com um preso é muito pouco.

Acredito até que seja, porém quero lembrá-lo que uma família com quatro filhos, portanto, com cinco a seis pessoas na família, muitas delas não sobrevivem com dois reais per capita trabalhando e tentando sobreviver.

Quero dizer-lhe também que Paranaguá, em que pese o caos que está a Delegacia de Polícia, o Governo do Estado e o Governo Federal, através da PETROBRAS, estão colocando cerca de três milhões para resolver o problema do lixão do Imbucuí, que há quase trinta anos, permite que crianças disputem lixos com porcos, ali! Muitas delas filhas de prisioneiros ou presidiários, talvez, lá de Paranaguá!

Se não tem dinheiro para as duas coisas, acho que o Governo está certo em primeiro acertar a vida das crianças e resolver o problema do lixão de Paranaguá. Na seqüência, quem sabe, aumentar os dois reais por presidiário.

Agora, antes de aumentar os dois reais, acredito que nós, aqui da Assembléia, deveríamos fazer coro ao seu reclame e quem sabe mudar definitivamente, neste País, partindo da Assembléia a questão dos presídios. Não basta só fazer presídio! Temos que aproveitar, o presidiário tem que aproveitar seu tempo para aprendizado, para trabalho, para produção de sua alimentação. Na maioria das vezes - e aí V. Exa. tem razão - as cadeias servem apenas como depósito de lixo humano. Não é isto. A maioria pode até não ter mais retorno, mas a princípio, todo preso tem o direito de ter o retorno à sociedade. E só vai ter se tiver condições de estudo, de trabalho, de aperfeiçoamento! Muitos foram levados para lá por não terem tido a oportunidade, embora, a grande maioria de fato está lá porque achou que a vida mais fácil foi esta que os conduziu a este lugar.

V. Exa. tem razão no seu pronunciamento. Porém, eu o questiono em alguns pontos, porque minha prioridade não é esta: é acabar com os lixões, acabar com a miséria e com a fome em nosso País!

Hoje pela manhã tivemos uma apresentação belíssima do Secretário da Segurança, mostrando que o Governo do Estado do Paraná está realmente preocupado com a segurança em nosso Estado. Muito já tem feito e muito ainda por fazer.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço suas colocações.

Quero dizer que quando eu era Prefeito de Apucarana eu acabei com o trabalho escravo que era feito no lixão, através da seleção de restos pelas crianças e pelas pessoas que freqüentavam o lixão de Apucarana, um lixão que é um pouco maior que o de Paranaguá, e sempre a nossa preocupação foi a vida. Construí, entre quadras de desportos e quadras cobertas, quinze, em Apucarana, como Prefeito. Deixei a cidade com 22 creches.

Então, vejo-me no direito de cobrar de quem governa hoje, de quem eu já fui defensor, inclusive porque acreditei, uma postura mais humana.

Então, Sr. Presidente, a alimentação que está sendo servida lá para os presos, em Paranaguá, quando eu era criança, lá na nossa casa, na Água do Xaxim, em Apucarana, nós chamávamos aquilo de "lavagem para dar aos porcos". E não sei se há dois reais aplicados naquela comida que os presos estão comendo ou se não tem real nenhum aplicado. Sei que o tratamento é desumano, cruel, perverso! E alguém tem que ser responsável por esta situação. E eu vou lutar pelas crianças do lixão, pelos presos de Paranaguá e pelas prioridades que fazem da vida a bandeira de luta de todo homem!

Quero estar aqui, quero chegar em casa e quero dormir com a minha consciência tranqüila, na certeza de que o dever está sendo cumprido.

E, enquanto eu não cumpro aquele dever, do que eu vi lá, lutar por aquela gente, estou sentindo-me um rato!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Hermes Fonseca.

Deputado Hermes Fonseca (PT)

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, abordei da tribuna a questão da concessão de pedágio que está fazendo uma obra faraônica lá no Norte do Paraná, obra injustificável, que nem nos próximos cem anos não haverá tráfego de veículos que possa justificar aquela obra.

Quero anunciar aqui que recebi da Secretaria dos Transportes toda a documentação referente aos contratos de concessão da ECONORTE, que solicitei no final do ano passado.

Estamos fazendo a análise dos balanços da ECO-NORTE e depois voltar a esta tribuna para dizer que o pedágio precisa ser alterado. O contrato precisa ser revisto. As tarifas não podem mais ser reajustadas, a não ser com base nos balanços.

Os balanços já indicavam lá atrás, quando fizemos a primeira análise, que a ECONORTE aplicava dezenove centavos de cada um real recolhido.

Agora, de posse de todos os balanços, com exceção de 2004, estamos fazendo um estudo e vamos trazer a esta Casa para justificar as nossas análises e cobrar uma decisão mais rápida.

Quero aproveitar a tribuna também para dizer que a segurança pública do Paraná é uma insegurança.

Enquanto o Sr. Secretário faz proselitismo das ações da segurança no Paraná, apresenta vídeos, o povo paga muito caro pela segurança, principalmente aqui em Curitiba.

Ontem à noite, no centro de Curitiba, na rua Carlos de Carvalho, em frente à faculdade onde estuda a Deputada Luciana Rafagnin, estudam funcionários aqui desta Casa, quatro carros foram arrombados! Em frente a dois estacionamentos que estavam funcionando, mas não tinham vaga! E pela terceira vez, este Deputado tem um veículo arrombado por ladrões, nesta cidade!

Ontem o carro de minha filha foi arrombado. Romperam o vidro da porte do motorista. Roubaram o documento, o aparelho de CD e as coisas que tinha dentro do carro. Ninguém ali, em torno das 22 horas, faz nada, porque ninguém quer se envolver!

Registro isso para dizer que a segurança do Paraná não é essa beleza que o Sr. Secretário tem pregado através de suas palestras, de seus vídeos. É preciso repensar esta questão, porque a população paranaense não pode mais suportar esse tipo de violência. Se existem ações concentradas que merecem elogio, quando se faz uma ação concentrada em algum lugar fica faltando a proteção em outro lugar.

É isso que vem acontecendo aqui em Curitiba, principalmente no centro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros, companheiras.

Evidentemente que não podemos, absolutamente, discordar das falas, nesta tribuna, dos companheiros Deputados e das Deputadas que se manifestam com relação à preocupação com a situação da falta de segurança e do excesso de violência que estamos vivendo hoje em todo Brasil e, evidentemente, em todo Paraná.

Não dá para imaginar que a situação da violência acontece de forma isolada, em um Estado ou outro. Ela acontece em todo País e isso é resultante da ausência de políticas públicas mais fortes, sistemáticas, que proponham, efetivamente, a inclusão. Não acontece, como nós insistentemente colocamos aqui, por culpa do Secretário Delazari ou por culpa do Governador Roberto Requião. Acho essa uma posição simplista e, em determinados momentos até descolada da compreensão de o porquê isso acontece e há quanto tempo vem acontecendo no Brasil.

Isso não minimiza e nem pode minimizar a responsabilidade, tanto do Secretário da Segurança quanto do Governo do Estado, mas às vezes, eu percebo a ausência, em determinados discursos, do entendimento de o porquê a questão da violência ter chegado em este nível no País. Isso não é descolado da política econômica neoliberal até então instalada, como uma verdade. Política essa que promove e propõe a exclusão, a pobreza, a miséria, a doença, a ausência de empregos. Isso tudo, é lógico que provoca a violência. Então, a violência tem pai e mãe!

Precisamos discutir, também, a recuperação desse sistema carcerário no País que, na minha avaliação e acho que na dos companheiros que nos antecederam é, sem dúvida nenhuma, o reflexo de uma política nacional que já vem rolando como uma bola de neve. Não adianta acharmos que esse sistema podre, na minha avaliação podre, falido e desumano, vai recuperar presos num sistema caótico como temos em nosso País. Não há possibilidade.

O que vemos hoje, Deputados e Deputadas, é realmente, um sistema que promove o depósito desumano de presos. Em celas para dez, temos trinta pessoas; em espaços para cinquenta, temos quase duzentos, e isso, não tem nenhum Deputado, nenhuma Deputada, nenhum Governador, nenhum Secretário de Estado, neste País, que possa dizer que é correto! Nós vimos hoje a fala do Secretário Delazari, eu diria, discordando de alguns companheiros, que não é mero proselitismo, que ele tem trabalhado, sim, mas tudo o que for feito ainda será muito pouco diante do caos estabelecido em relação à questão da segurança no nosso Estado e no nosso País.

Não é só em Londrina, a minha cidade natal, que tanto o Deputado Barbosa Neto quanto eu ficamos estarecidos com a quantidade de homicídios, de violência que acontece sistematicamente. Esta Deputada, quando era Vereadora, criou em Londrina, e o Deputado Barbosa Neto sabe disso porque acompanhou em algum momento, o Fórum Permanente contra Violência pela Segurança, dentro da Câmara de Vereadores, com mais de oitenta entidades, para discutir a questão da segurança e violência na nossa cidade. Isso não é de hoje, de agora.

Portanto, temos que continuar insistindo, porque, como disse o Governador Roberto Requião hoje na reunião de Secretários: não é possível colocar uma pessoa que está em conflito com a lei, porque roubou cinco reais, ou um boné, ou uma galinha, jogar em uma cela junto

com homicidas e criminosos de alta periculosidade, como vimos hoje em todo o sistema do nosso País. Essas coisas precisam ser detectadas, verificadas. E estão sendo.

Também é preciso mostrar que muitas vezes no próprio seio da polícia existe a violência, por isso, a questão da valorização dos bons policiais. Temos que extirpar da corporação os maus policiais, seja na Polícia Militar ou seja na Polícia Civil. Vimos a chacina no Rio de Janeiro, onde mais de trinta pessoas foram assassinadas por policiais, na periferia do Rio. Portanto, isso acontece a toda hora, mas temos que cumprir o nosso papel aqui e buscar alternativas.

Eu queria consultar o companheiro do PMDB, se eu posso usar o Horário do PMDB.

Como não tem a Liderança, aqui, já estou dizendo que posso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. passa a usar a Liderança do PMDB.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada.

Por isso, temos que, além de fazer as críticas necessárias, porque somos um Poder que tem que garantir a sua autonomia, a sua independência e colocar as questões com as quais nos preocupamos, temos que estar buscando alternativas e apresentando sugestões também.

Recebemos aqui na semana passada ou retrasada um representante de uma ONG, uma OSCIP chamada "Onde Moras", em Londrina - engenheiro Maurício. Esse projeto "Onde Moras" é muito interessante e propõe a construção de casas exatamente com desmanche, resto de construções de casas e empresas - como a UEL doou para essa OSCIP, esse projeto.

Vai ser demolida a Casa do Estudante que estava praticamente, caindo em Londrina, para ser construída uma nova, dentro da UEL e a Reitora Lygia Pupato doou todo o material de construção para esse projeto, Deputada Arlete, que constrói casas a custo zero, para moradores de favelas, ocupando a mão-de-obra de presos que têm bom comportamento da Penitenciária de Londrina.

Em Londrina não tem um sistema semi-aberto e eu, particularmente, acho que deveria ter, porque o preso que trabalha, que tem a possibilidade concreta de desenvolver alguma ação através da mão-de-obra, de uma função, uma atividade, está mais que provado cientificamente que a sua recuperação é possível e rápida. Se ele trabalhar, diminuir a sua pena. Mesmo não tendo o regime semi-aberto, em Londrina, temos alguns presos, Deputado Rossoni, que já trabalham nesse projeto, por conta de autorização de um Juiz da 3ª Vara Criminal, Dr. Roberto.

Essa é uma questão que eu acho que seria importante: os regimes semi-abertos, com atividade, com fun-

ções, com trabalho, para que os presos possam ser recuperados, porque senão, é mesmo depósito de presos. Tivemos recentemente em Londrina um problema gravíssimo, com doenças nos Distritos, com sarna, piolho e todo tipo de doença. Por que isso acontece? Com o acúmulo, o amontoado de presos, que todos os dias são encaminhados para esse Distrito, sem ter um local de semi-aberto na nossa cidade. Vai ter em Maringá, em Foz do Iguaçu, em Cascavel. Em Londrina é uma bandeira que temos levantado, que merece um semi-aberto.

Tenho conversado com o Secretário Aldo Parzianello colocando essa questão. Estão terminando, licitando um semi-aberto em Maringá, porque havia todo um processo anterior. Estamos chamando também um semi-aberto para Londrina. Essa é uma proposta possível e viável, porque, mesmo sem esse sistema, existe lá em Londrina, pelo menos dez presos trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Um minuto para que V. Exa. possa concluir.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Era basicamente isso. Para mostrar que a Deputada Elza Correia, que é Deputada de todo o Estado do Paraná, mas que teve a sua origem na cidade de Londrina, conhece os projetos.

Temos problemas e tenho trabalhado diuturnamente junto aos Secretários, tanto o Aldo Parzianello quanto o Dr. Delazari, que representam o Governo através de suas Secretarias, buscando alternativas. Algumas coisas já foram feitas, algumas medidas já foram tomadas e outras ainda deverão continuar sendo tomadas para minimizar e melhorar o problema da violência em nossa cidade e da violência em todo o Estado do Paraná.

A violência só vai acabar quando tivermos, de fato, uma sociedade justa, uma sociedade equânime, que promova a inclusão social. É preciso ter emprego, salário digno, qualidade de vida, dignidade, porque a população, homens ou mulheres, tendo minimamente os seus direitos inadiáveis da pessoa humana garantidos, certamente essa pessoa, seja homem ou mulher, seja adolescente ou adulto, não buscará o caminho da criminalidade. Essa é a questão! Isoladamente do contexto, as políticas públicas ficam muito mais difíceis.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigada pela tolerância de alguns segundos a mais!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sras. e Srs. Deputados.

Lamentavelmente temos que voltar a esta tribuna para denunciar o uso indevido de propaganda. No dia de

ontem conseguimos na Justiça uma liminar, onde suspendeu o convênio com a FUNPAR. Talvez muitos não deram importância, mas foi uma atitude e uma decisão da Justiça que suspendeu as contratações da TV Educativa e o Governo do Paraná tem que se curvar às determinações da Justiça.

Talvez pela primeira vez quero aqui cumprimentar o Governador Requião. Deputado Bradock, Deputado Dobrandino, ilustre Líder do PMDB, Deputado Anibelli, quero cumprimentar o Governador Requião! Por coincidência, hoje pela manhã, quando liguei a CBN, ouvi uma entrevista do Governador Requião e a primeira pergunta do repórter foi a questão FUNPAR. O Governador foi objetivo na sua resposta e me causou estranheza e por isso faço-lhe aqui elogios, pela declaração. Disse que reconhecia a decisão da Justiça e o despacho do Juiz e que se ele fosse o Juiz Federal, daria a mesma decisão.

Então, está mais do que provado, Srs. Deputados, que quando a Oposição é bem feita, quando é feita com inteligência, quando é feita para ajudar a construir, ela dá bons resultados. Quando vemos o próprio Governador condenando o próprio Edital de Convocação, o Edital de Concurso, temos que agimos de forma correta. Elogio de um lado o Governador sobre essa declaração, mas, digase de passagem, se não fôssemos à Justiça, o Governador não ouviria a voz da Oposição. Ouviu, através da Justiça, respeitou a decisão da Justiça e reconheceu que ação da Oposição foi correta e que ele, se fosse o Juiz, daria o mesmo despacho.

Agora, após esse elogio ao ilustre Governador, volto aqui a uma questão de extrema relevância também. Hoje nós vimos em todos os jornais do Estado do Paraná um encarte onde diz o seguinte: "Governo Estadual reduz pedágio em 42%". Em cima dessa questão também tivemos uma liminar, onde a Justiça se pronunciou dizendo o seguinte: "que isso é auto-promoção, que isso é propaganda enganosa, e por essa razão...".

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. passa a fazer uso da Liderança do PSDB.

Passa a usar o Horário da Liderança do PSDB

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado!

Então, eu me reporto aqui ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, porque é uma questão de Governo. Se a Justiça já se pronunciou sobre essa questão dizendo que isso aqui é incorreto, nada melhor que o Governador ter a mesma atitude que teve com a FUNPAR, reconhecer e mandar tirar esse encarte dos jornais de todo o Estado do Paraná. Não gostaríamos de voltar à Justiça, porque seria bom para a Oposição e para a Situação que quando nós contestássemos um comportamento ou uma ação do Governo, que fosse levado a sério.

Nós poderíamos aqui fazer um amplo debate sobre essa questão, porque estamos baseados aqui em cima de uma decisão da Justiça e, por essa razão não estou fazendo aqui uma denúncia; estou fazendo um alerta, que a decisão da Justiça sobre essa questão da redução do pedágio já foi favorável à Oposição. E, certamente, se persistir esse encarte nos jornais, esse, poderia dizer aqui caderno, feito com recursos do Governo, também está faltando com a verdade.

O outro assunto, Srs. Deputados, Deputado Neivo Beraldin...

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (PMDB)

Permite-me discordar de V. Exa?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Anibelli, eu tinha feito o compromisso comigo mesmo de não lhe dar aparte, até para que entre nós não surgisse um mal-estar. Mas, tenho certeza que V. Exa. vai contribuir para o meu pronunciamento, dentro dos princípios éticos que V. Exa. gosta de ser respeitado também.

Então, V. Exa. pelo Parlamentar que é e pela experiência, tem o aparte.

O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)

Veja como a presidência do PSDB fez V. Exa. crescer.

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado!

O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)

O Parlamento é o debate, é a concessão de um aparte a qualquer Deputado; todos somos iguais. Não é V. Exa. que sempre disse que fez 110 mil votos, que V. Exa. é diferente de mim que fiz 37 e sou o primeiro suplente.

Então, são coisas bonitas, V. Exa. deixar de ser um pouco radical em não me conceder um aparte e me conceder. Acho que lhe fez bem a vitória sobre o Senador Álvaro Dias na presidência do PSDB, o qual eu cumprimento por ter sido conduzido à presidência de um Partido do mais alto gabarito que eu fiz parte, quando José Richa, Mário Covas, gente deste nível assumiu esse Partido, tirando um pedaço do PMDB e indo para um Partido ao qual eu também fui.

Queria dizer sobre o encarte que V. Exa. diz, houve uma decisão, V. Exas. ganharam no Tribunal Regional Eleitoral, sustando um programa do PMDB onde fala no pedágio de 42%.

É uma decisão isolada, a Justiça não é o efeito vinculante, que qualquer decisão eleitoral leva para que os encartes não saiam.

Na decisão do Tribunal Eleitoral V. Exas. conseguiram uma vitória, tirando o programa do PMDB do ar, mas nada tem a ver com o encarte, e que se V. Exa., como

bem disse, for à Justiça, talvez, com efeito liminar que não é uma decisão final da Justiça.

Por isso eu lhe agradeço o aparte.

V. Exa. tem crescido no meu conceito com a assunção à Presidência do PSDB, tornando-se mais uma vez um democrata.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado Anibelli e veja como faz bem às vezes um debate um pouco mais elegante, porque assim podemos aqui certamente contribuir, discordando, naturalmente, porque temos um outro posicionamento.

Gostaria que os Deputados se atentassem para um projeto que está na Ordem do Dia de hoje aonde o Governo, Deputado Neivo Beraldin, pede autorização para contratações temporárias, sem concurso público.

O projeto já esteve em pauta, já foi retirado e volta hoje para a pauta. Gostaria que os Deputados atentassem para isto porque eu não gostaria que este projeto fosse usado como subterfúgio para agora resolver o problema da TV Educativa, porque o despacho do juiz é claro quando diz que o funcionário público tem que ser contratado por concurso público.

Por esta razão pedimos a atenção dos Srs. Deputados. Sei que estão atentos e pedimos o apoio às emendas que estamos apresentando, para que não transformemos este projeto numa carta, numa autorização em branco para o Governo contratar, sem concurso, funcionários, ao seu bel-prazer e dos Srs. Secretários.

Então, estamos entrando com emendas para restringir alguns artigos, mas pedimos o apoio dos Srs. Deputados para que possamos debater esta questão para chegarmos num entendimento, para que este projeto não sirva de instrumento para resolver todos os problemas de contratações que o Estado necessita. Contratações do Estado têm que ser feitas por concurso público.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Em nome do Deputado Ademir Bier esta Presidência gostaria de agradecer a presença do Prefeito José Néri, de São José das Palmeiras; do Vice-Prefeito, Valter, e dos Vereadores daquela cidade, Ademir e Pedro. Também dos Vereadores de Terra Roxa, Kiko, Luiz e Altair.

Muito obrigado pelas presenças.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Peço para comunicar à Casa que estamos recebendo também a visita, hoje, dos funcionários do SINDISERV, que são os servidores da saúde, em nível federal. Estão acompanhando a Sessão nesta Plenária, até porque nós vimos já há algum tempo, com outros Deputado desta Casa, fazendo um debate a respeito das condições de trabalho desses servidores.

Então, estão conosco aqui hoje acompanhando a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Muito obrigado pela presença.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de comunicar aos colegas que hoje pela manhã, enviamos aos gabinetes parlamentares cópia de uma entrevista, uma palestra feita em São Paulo, na UNALE, que se refere à reforma política.

Foi interessante. Um cientista político que é da Universidade Federal de Brasília, lá estava e levantou os temas do projeto de lei que está em andamento na Câmara Federal e que já passou, inclusive, pela comissão específica. É matéria de interesse que colocamos para todos os Parlamentares tomarem conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. CHICO NOROESTE (PL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença aqui do Pedro Cestin, que é Presidente da nossa Comissão Provisória do PL de Medianeira, bem como do seu companheiro, Padilha.

Sejam bem-vindos aqui na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado pelas presenças, devidamente registradas pelo nobre Deputado Chico Noroeste.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não estranhem a manifestação aqui deste Deputado e nem do Deputado Valdir Rossoni. O Deputado Valdir Rossoni iniciou a sua fala elogiando o Governador do Estado do Paraná e eu também inicio a minha fala elogiando o Governador Roberto Requião. Fazemos a Oposição, como já disse, não pelo gosto da Oposição mas de uma maneira crítica, contundente, mas também de maneira construtiva.

Fico muito feliz de anunciar à Assembléia Legislativa o que hoje o Governador anunciou na escolinha, de manhã, sobre o fim do pedágio na ponte de Guaíra. Acho que ele começa a tomar decisões práticas para cumprir a sua promessa eleitoral.

Denunciamos aqui, no mês de fevereiro, eu, em nome de toda a Oposição, que o pedágio da ponte de Guaíra era o mais caro do Brasil, quicá o mais caro do mundo, que era uma incoerência sem precedentes, o Governo atacar as concessionárias e, ao mesmo tempo, praticar o pedágio mais caro do Brasil.

Denunciamos que era inconcebível o Governo querer fazer o pedágio Ferreirinha, o pedágio de manutenção, enquanto cobrava, na ponte de Guaíra, o pedágio mais caro do Brasil. Fizemos inclusive um pedido de informação, porque as coisas têm que ser documentadas e uma das poucas vezes, faça-se justiça, o Governo respondeu, através da Secretaria dos Transportes, com cristalina clareza. Nós indagávamos ao Governo qual era o preço médio, o custo médio, por quilômetro, do pedágio em Guaíra e o Governo, com sinceridade e franqueza, dizia: custa R\$1,00 o quilômetro do pedágio na ponte sobre o Rio Guaíra. Nós afirmávamos então que esse era o pedágio mais caro do Brasil.

Paralelo a isso, fui buscar, estudar os preços de pedágio praticados, não no Paraná, porque poderia até a comparação ser questionada, mas fui buscar os preços do quilômetro médio do pedágio nas rodovias federais.

Por exemplo, no trecho Osório/Porto Alegre, custa 0,064 centavos o pedágio. Outra rodovia federal, Rio de Janeiro/Juiz de Fora, custa 0,10 centavos o quilômetro rodado. Nas rodovias estaduais pedagiadas, no Rio Grande do Sul, por exemplo, custa 0,081 centavos; de Súvias, km 317/Cinco Pratas, custa na metrovia 0,32 centavos o quilômetro. Em São Paulo, o preço das rodovias pedagiadas pelo seu Governo, nas rodovias simples custa 0,062 centavos; nas rodovias de pista dupla custa 0,095 centavos, enquanto que, na ponte de Guaíra custa um real o quilômetro rodado!

Pasmem os senhores, que eu tenho certeza e fizemos essa cobrança, Deputado Valdir Rossoni, e tiramos um problema ou alertamos o Governo de uma incoerência que ele estava praticando sem fim, porque ele vem com o pedágio Ferreirinha, e ele mesmo cobra um pedágio de um real o quilômetro, enquanto, só para ilustrar e comparar, o pedágio das rodovias estaduais concessionárias do Paraná, o mais barato custa 0,048 centavos o quilômetro rodado e o mais caro custa 0,072 centavos o quilômetro, que é da ECOVIA. Só para exemplificar.

Mas, como nem tudo é perfeito e este Governo não prima pela verdade no mais das vezes, fui buscar uma agência de notícias, nobre Presidente, essa tão boa notícia. Cobramos e temos que fazer justiça, porque o Governador viu a incoerência de praticar o pedágio mais caro do Brasil e do mundo, se depois os Deputados quiserem, a planilha com os pedágios do mundo inteiro, que prova que o pedágio da ponte de Guaíra, que é cobrado pelo Governo do Estado é o mais caro do Brasil e quicá do mundo. Como nem tudo é perfeito, não obstante o Governo tentando dissimular, a informação da agência de notícias começa assim: “o Governador Roberto Requião anunciou o fim do pedágio cobrado na ponte de Guaíra no Oeste do Paraná”. Esqueceu de dizer que essa foi uma solicitação da Oposição do Paraná. Mas, méritos ao Governador Roberto Requião por tomar essa iniciativa.

Continua a agência de notícias: “a ponte faz a ligação com o Município de Mundo Novo no Mato Grosso do Sul”. A maledicência, a maldade e a falta da verdade e da transparência desse Governo começa agora: “o contrato da concessionária que explora o pedágio expira no dia 14 de junho”. Eles já estão tentando dizer que se trata de uma concessionária e que o Governo rompeu o contrato com uma concessionária! Mas, a verdade prevalece e nós fizemos questão de fazer por escrito e perguntamos: “o mesmo está vinculado a algum lote da concessionária de pedágio deste Estado ou se está sendo praticado pela Administração Estadual”?

Vamos sugerir ao Líder do Governo que avise a Comunicação Social qual é a resposta encaminhada a esta Assembléia Legislativa pelo próprio Governo. Aqui está, assinado pelo Secretário dos Transportes Waldyr Pugliesi e pela Casa Civil. Diz o seguinte, respondendo à nossa indagação: “o pedágio cobrado não está vinculado a nenhuma empresa concessionária detentora dos contratos de concessão de rodovias”. Ora, pois, não venha agora o Governo querer dizer que se trata de uma concessão dos serviços públicos na Ponte de Guaíra! O Governo mesmo responde, dessa forma, de maneira contundente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. concedesse o horário do PFL ao Deputado Durval, para que ele pudesse nos conceder aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado quando consultado, não quis fazer uso do Horário da Liderança do PFL.

Consulto a V. Exa. se vai fazer.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Não, Presidente. Vou respeitar V. Exa. e vou concluir aqui. Se for o caso, voltarei no Horário da Liderança do PFL para propiciar efetivamente o debate.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do PSL, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas para registrar a presença dos Vereadores de Terra Roxa, o Edgar, o Luís e o Altair. E o Vereador José Taques, do Município de Coronel Domingues Soares.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pela presença.

Com a palavra, o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PSL: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem e hoje, só em termos de segurança, reclamações que eu recebi: Raquel Gomes da Silva Nunes reclama da falta de segurança do Terminal do Portão. Os assaltos estão demais dentro do terminal e não tem nenhum policial. Pede mais segurança. Ana Loureiro, pede mais policiamento nos Bairros do Portão e Pinheirinho. Seu filho já foi assaltado duas vezes. Os usuários dos ônibus da Praça Rui Barbosa estão pedindo mais policiamento a partir das oito e meia da noite, porque está um verdadeiro inferno. Assaltos, drogas, gangues.

Os moradores do Bairro Chico Mendes, Almirante Tamandaré, estão pedindo mais policiamento porque os ladrões estão tomando conta do bairro e a polícia está com medo dos bandidos. Margarida José Santos, do Chico Mendes, Almirante Tamandaré, pede mais policiamento. O povo não aguenta mais tantos assaltos e violência. Os bandidos ameaçam os comerciantes e tem só uma viatura para atender toda aquela região. Carla Costa está pedindo ajuda por mais policiamento, porque no domingo, às cinco e meia da manhã, o ônibus da Linha Nações II na Fazenda Rio Grande foi assaltado, renderam o motorista, mudaram o itinerário do ônibus e foram deixados no Bairro Passo Amarelo.

Cadê a segurança? Os passageiros do ônibus biarticulado que faz a linha Capão Raso/Santa Cândida, às 19h15, no tubo Batel, teve briga de gangue com pedras. Uma gangue dentro do ônibus e a outra, fora. Quebraram todos os vidros. Foi tomado em assalto, em São José dos Pinhais, uma retroescavadeira. Até retroescavadeira estão roubando, instrumento de trabalho do cidadão!

Rosângela Carvalho pede mais policiamento no Bairro do Pinheirinho, principalmente próximo ao terminal. Seu filho estuda à noite. Foi assaltado e ficou completamente nu. Ligaram para a Polícia, que disse não ter viatura para atender.

Os moradores e comerciantes do bairro CIC estão fazendo um apelo à Segurança Pública. O bairro está demais, ocorrendo vários assaltos no comércio. Os comerciantes pedem mais policiamento no bairro.

Maria Francisca de Assis quer fazer um desabafo. Encontrou um ladrão dentro de casa, chamou a polícia às dez e meia da noite. A polícia chegou à uma e meia da manhã. Ainda chegou, graças a Deus, mas à uma e meia! Os frequentadores e os garçons do Parque Barigüi estão pedindo mais policiamento nas tardes de domingo, porque só têm ladrões, brigas de gangues e vândalos.

Os moradores do Jardim Fênix, Pinhais, estão pedindo mais policiamento porque os ladrões estão assaltando em plena luz do dia. Os moradores e comerciantes do Bairro Parque Industrial, Capão Raso, idem.

Os moradores da Rua Gerônimo Sobrinho, Cidade Industrial, estão pedindo mais policiamento, porque os ladrões e desocupados estão tomando conta de tudo.

João Paulo Pereira, Almirante Tamandaré, pede à polícia mais “batidas” na Praça Tiradentes, em Curitiba, porque ali é um antro de drogados. Maria Emiliana Costa está pedindo mais policiamento. Não aguenta mais os bandidos. Toda noite a bagunça é demais. Simoneti, de Colombo, reclama da falta de segurança para os idosos, quando saem do Banco. Seu sogro foi assaltado e não adianta reclamar na Delegacia.

Meu Deus, até parece que virou aqui um programa policial, não é? São reclamações que eu recebi ontem e hoje! É uma loucura! É bem capaz que o Secretário de Segurança venha amanhã, a esta Casa e diga que está tudo bem. Não estão contando a verdade para o Governador! Deputado Elio Rusch, Deputado Barbosa, Deputado Traiano, não estão contando a verdade para o Governador! Tanto é que ontem, na reunião das mãos limpas, o Governador ficou estupefato, quando os Prefeitos da Região Metropolitana lembraram-lhe que aquilo que eles trataram na outra reunião, não foi feito. Ele então reclama da burocracia dentro da Polícia. Isso é muito grave né! Aí o Secretário vir aqui dizer...

Eu perguntei para o pessoal do setor policial. Por que só aconteceram oito mortes em Curitiba, no domingo, no final de semana? Respondeu-me o seguinte: Deputado, no final de semana, que vem agora, nós vamos aí para 15, 20, 25 mortes. Por quê?

Porque a polícia não está preparada e esta semana é semana de pagamento, daí o pessoal vai ter dinheiro para comprar droga, bebida alcoólica e eles se matam!

E a polícia sabe desses dados. Então, é só fazer o trabalho de prevenção: tem-se esses números!

E isso inclusive o Governador reclamou da Polícia, ontem que eu estou sabendo. Quer dizer, eles têm os dados, então é só agir! Agora, precisam dar condições, viaturas, bons salários e assim por diante. Isso já vem há tempo, não é só agora, mas, é preciso tomar providências! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças: PDT.
Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Eu também recebi reclamações por parte de moradores do bairro Jardim Monte Cristo, na Zona Leste, de Londrina.

A reclamação é sobre um dos pontos basilares deste Governo, uma das campanhas que levaram à sua vitória, a luz de graça, tão falada, tão propalada, pelo Governador!

Vejam só, moradores humildes, senhoras, donas de casa, simples, que não conseguem receber o benefício chamado Luz Fraterna!

Uma casa no Jardim Monte Cristo, com apenas quatro bicos de luz, sem nenhum aparelho eletrodoméstico paga R\$ 186 reais, em média, por mês de energia elétrica. São casas de madeira, ruas de chão batido, é cobrada taxa de iluminação pública, mas não tem luz no poste, não tem nem poste! Esses moradores estão inscritos nos programas sociais do Governo.

A COPEL alega que o consumo superou a 100 Kw, que é o limite para se conceder o benefício da Luz Fraterna. Mas, se essas pessoas com quatro bicos de luz, numa casa de madeira, sem nenhum eletrodoméstico não conseguem se enquadrar num programa social que ajudou o Governador a se eleger e que é decantado em prosa e verso, como um modelo para o Brasil, quem é que vai ter direito a esses benefícios?

Eu concordo aqui, com o Deputado Luiz Carlos Martins: "Estão dourando a pílula para o Governador".

Não é possível dizer que está tudo bem na segurança, quando não está. Não é possível dizer a Luz Fraterna é um programa que contempla a população carente, quando não é. Peguem a imprensa, os jornais e as senhoras e os senhores irão constatar que o que nós estamos dizendo aqui é a mais pura verdade.

Meu Deus do céu, não é revanchismo, mas nós temos que contar isso ao Governador ou talvez ele tenha que ler os jornais, já que ficou algum tempo na China. Agora parece que o projeto dele é se dedicar ao estudo do chinês nas escolas paranaenses. Tudo bem, é opção dele. Talvez o Mao-Tsé-Tung receba alguns monumentos no nosso Estado; é uma opção dele. Mas, será que o Governador não vai se sensibilizar diante do que disse a Dona Maria Aparecida Gomes Santos, de 33 anos, quando perguntada pela repórter da Folha de Londrina, que foi até o Monte Cristo, disse: Moça, aqui a gente é tudo humilde, é tudo pobre, não temos condições nem de comprar um saco de cimento para fazer piso no chão, tendo que pagar esse absurdo de energia".

Será que o Governador, que tem opção preferencial pelos pobres, e nós concordamos com isto, não vai se revoltar? Será que não tem um assessor que leve estas notícias a ele? Será que não tem aqui Deputados que são amigos do Governador e têm obrigação de contar a ele que estamos vivendo uma situação terrível, principalmente para aqueles que não têm condições de vida digna no nosso Estado?

Nós acreditamos, ainda, que o Governador seja responsável e preocupado com estas questões. É por isso que estamos trazendo, aqui, um relatório de mães, reclamações de pessoas que não sabem ou não podem reclamar.

Estamos protocolando aqui, ao Presidente da COPEL, dois requerimentos, para que ele tome providências, tanto na "Luz Fraterna" como também em relação ao "Luz Para Todos", já que no Município de Sapopema

dezenas e dezenas de agricultores esperam, e esperam os 36 meses para que seja ligada a energia elétrica, que fica na Rodovia do Cerne, no norte do Estado.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Eu pediria ao Deputado Barbosa Neto, que é um Deputado competente, esforçado, que chamasse o Chefe da Regional, porque esta senhora ou está com algum problema de recarga ou consumo indevido, porque eu tenho na minha região, do Vale do Ribeira, o cadastro de quase dez mil pessoas que estão recebendo o "Luz Fraterna". Pessoas que pagavam 30, 40, 25 reais e hoje não pagam mais nada. Estão tão agradecidos ao Governador com o benefício que estão recebendo, que estão vindo e levando a outros Estados, como me trouxeram de Santa Catarina, forçando até o Governador de Santa Catarina para que faça o mesmo benefício que a COPEL está dando.

Por isto, este caso específico, Deputado. Acho que o Chefe da Regional pode lhe ajudar. Tenho certeza que é a sua vontade e tenho certeza de que é a vontade da COPEL.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Deputado Kielse Crisóstomo. Só para dizer que a única fonte de renda dessas famílias, são os programas sociais do Governo. E se nem elas conseguem ser beneficiadas por este tipo de programa do Governo, o que dirão as outras pessoas que têm, até, condições?

Era o meu desabafo, Sr. Presidente. Nós estamos fazendo isto via requerimento, através desta Assembléia Legislativa, até aquiescendo no que disse o Deputado Kielse Crisóstomo em relação à reclamação.

Isso já foi feito e nós esperamos agora que o Governador do Estado, através do Diretor-Presidente da COPEL tome ciência destes fatos e nos responda, dentro do prazo regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário destinado à Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna é o discurso em pauta sobre segurança pública. Ouvimos aqui a fala do Deputado Barbosa Neto, do Deputado Luiz Carlos Martins, enfim, vários Deputados com muita preocupação, que também é nossa.

Dizia o Deputado Barbosa Neto: "será que o Governador está informado da situação da segurança

pública? Digo ao Deputado que faz sentido a sua preocupação, pois, V. Exa. representa uma grande cidade, a segunda maior cidade do Paraná, Londrina.

O Governador não só está bem informado, como está preocupado com a situação da segurança pública do Paraná. Tanto é verdade isso que, neste Governo já foram chamados 1250 policiais militares, e 577 policiais civis. Foram comprados 1600 viaturas, no ano passado, compraram mais que o Estado de São Paulo, compra de equipamentos, por exemplo, coletes à prova de bala. Tudo em função da preocupação que este Governo tem com a segurança do Paraná. Muitas vezes não entendemos por que não estaria em condições melhores.

Hoje ouvíamos o Governador comentar sobre segurança e dizia ele que é preciso melhorar o salário do nosso policial. Não é possível o nosso policial trabalhar descontente! Todos nós sabemos disso.

Gostaria de fazer duas colocações para observarem como é difícil segurança.

Na minha cidade, Foz do Iguaçu, há poucos dias o Governo colocou lá uma operação fortíssima. Cerca de mil homens a mais, juntamente com o efetivo que já tem em Foz do Iguaçu. Quase duzentos carros para diminuir o índice de criminalidade na cidade, que é altíssimo, pior que o de Londrina.

Em dois dias prenderam cerca de cem pessoas! Diminuíram os furtos de veículos. A criminalidade diminuiu bastante. No primeiro dia, foi zero de criminalidade, não houve nenhuma ocorrência do segundo, terceiro dia em diante, começou a aumentar, e, hoje, com todo esse pelotão em Foz do Iguaçu, já está igual ao que era antes: uma pessoa por dia é assassinada em Foz do Iguaçu. Um índice não aceitável. E todo esse aparato está em Foz do Iguaçu!

Ligado ao quê esse pessoal está morrendo? Está se matando? Ligado ao tráfico de drogas!

Então, embora haja maior boa vontade do Governo, essa é a situação social do nosso País, do Brasil.

V. Exa. Deputado Scarpellini, ouviu que na semana passada no Rio de Janeiro houve uma chacina. Isso foge da normalidade das coisas! Então, a preocupação, nossa e do Governo, é que as coisas voltem à normalidade, mas, se não controlar o uso de drogas que está tomando conta do Brasil, as coisas vão ficar cada vez piores.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo e dizer que vemos a vontade do Governador em tentar diminuir essa questão da violência no Paraná.

Louvamos a iniciativa, por exemplo, da compra de 1.600 veículos para a Polícia Militar, quando no Governo passado eles faziam o aluguel ou leasing, que a cada três meses desses aluguéis daria para se comprar uma nova

viatura. Então, temos que, neste ponto, parabenizar o Governo do Estado.

Em relação até mesmo à contratação de policiais, 1220 ou 1250 é um número insignificante para o tamanho do Estado do Paraná, que daria aí, dividido por 399 Municípios, pouco mais de quatro policiais para cada Município, mas vemos que na região de Londrina, por exemplo, Alvorada do Sul, não tem nenhum policial civil; em Tamarana também. O mesmo acontece com São Sebastião da Amoreira.

Creio que V. Exa. conseguiu responder, aqui, ao questionamento. Utilizou com sabedoria essa tribuna. Alguma coisa está errada e, na minha opinião, é o responsável pela segurança pública em nosso Estado que está no lugar errado. Portanto, nós que queremos o melhor do Paraná pedimos ao Governador para que mude, porque queremos o melhor do Paraná pedimos ao Governador para que mude, porque quando o time está mal temos que procurar trocar as peças. Infelizmente, o Secretário Delazari, desde o começo não se encaixou bem nessa função.

Muito obrigado, Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Barbosa, mas eu diria que nessa defasagem você nota o esforço do Governo em investimento na segurança, mas não é uma crítica é uma constatação. Nós ficamos oito anos sem investimento na área da segurança e, agora, o Governo já está estudando, mandou mensagem para Assembleia para repor mais três mil policiais militares. Tem que chamar para uma escola, isso demora um pouco para preparar essa gente, exige um esforço, o Governo está empenhado nisso e o Secretário deve vir a esta Casa e vai expor suas intenções de Governo, o que está fazendo, para que os Deputados possam, realmente, questioná-lo.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, só queria acrescentar que a cidade de São José dos Pinhais tem capacidade para trinta presos e, hoje, está com mais de 170, está quase igual ou praticamente igual à situação de Paranaguá.

Há pouco tempo, há oito ou dez meses, estivemos conversando com o Governador Roberto Requião e ele está fazendo em São José dos Pinhais o Centro de Detenção Provisório para novecentos presos. Foi muito criticado, até pelo pessoal do PMDB do Município de São José dos Pinhais!

Então, é muito difícil, quando se fala em segurança pública, porque você agrada uma parte da população e a outra não quer o Centro de Detenção Provisório que vai para o Município de São José dos Pinhais.

Então, eu mesmo falei há poucos dias, qual é a solução se você tem o local adequado para colocar os presos. Na realidade, teria de ser feito outro em Piraquara. Acredito que através de outras medidas desse Cen-

tro de Detenção Provisório, que existe no nosso Estado e em outros locais, que possam ser colocados os presos em um lugar adequado.

Eu estava vendo na Revista Época que falava em cidades, que em primeiro lugar está a cidade de Maringá, em termos de segurança pública, hoje, no Brasil. Vejo que hoje no Estado do Paraná existem várias cidades em dificuldades. As cidades que estão crescendo, como do porte de São José dos Pinhais e de outras cidades, que têm um dos maiores crescimento, têm um índice de violência muito grande. Esse problema tem que ser atacado, urgente! A situação que vivemos neste momento, em nossa cidade, é muito grande! A violência está causando pânico em todos os moradores de São José dos Pinhais e em outras cidades, que vem com o crescimento.

Tem que haver uma preocupação através da Secretaria da Segurança Pública, de trabalhar junto com essas cidades que estão precisando de atendimento. Acredito que o Governador tem procurado fazer sua parte. Há poucos dias - conversando com a gente - demitiu uma equipe que não estava trabalhando a contento. Ele tem procurado fazer, mas é preciso que haja mais rapidez da Secretaria da Segurança Pública, do Secretário que faz parte dessa Secretaria. É muito importante essa rapidez.

Junto com o Prefeito de São José dos Pinhais, que está criando a Secretaria Municipal de Segurança Pública de São José dos Pinhais, reivindiquei audiência com o Secretário e já faz mais de trinta dias e não fomos atendidos! É lamentável a situação que nos encontramos.

Por que pedi essa audiência? Para que juntos com a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e Câmara de Vereadores, possamos encontrar uma solução para o nosso Município, mas nem uma audiência, eu consegui! O Governador tem procurado fazer a sua parte, mas a Secretaria, lamento muito, não tem cumprido com a sua função.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a V. Exa. que conclua, Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Deputado Francisco Bühner, também lamento. Não concordo que o Secretário não atenda o Deputado e, principalmente, de propósito. Imagino que não é de propósito, porque ele tem uma tarefa enorme. Não é fácil a sua Pasta. Vamos conversar com ele para vir a esta Casa.

Uma coisa: é importante para ele atender e dar atenção aos Deputados, porque são agentes públicos e têm responsabilidade e precisam ser atendidos. Vamos ver o que está acontecendo. Tenho certeza que ele não vai nunca se negar a conversar com os Deputados.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria responder ao meu amigo Deputado Durval Amaral, que parece que não está no plenário, e dizer que o Governador anunciou hoje, que no dia 14 de julho vence o contrato da cobrança

de pedágio da Ponte de Guaíra, que será extinto. Não terá mais cobrança na Ponte de Guaíra, a partir de 14 de julho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança de Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Liderança da Oposição: Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o espaço da Liderança da Oposição, para voltar a um assunto que já foi em muito debatido nesta Casa, há questão de um mês atrás, quando trouxe aqui a este Plenário, o problema relativo à saúde, onde comecei abordando a situação do Rio de Janeiro e que até o presente momento lá se observam ações do Governo Federal. Mas, sem entrar nessa discussão, eu gostaria de fazer aqui uma consideração a respeito do expediente encaminhado por esta Casa, ao Secretário da Saúde, e em resposta ao requerimento da Oposição nós gostaríamos de fazer então o comentário a esse assunto, em função de que, quando questionávamos o problema da politização da saúde no Estado do Paraná e em todo o Brasil, alertávamos sobre a preocupação no sentido que o Governo começava a implantar no Estado uma série de hospitais regionais.

Dizíamos na época que não estávamos nos colocando contra a implantação ou construção. Pelo contrário, somos amplamente favoráveis à construção de Hospitais Regionais, Deputado Accorsi, V. Exa. que é médico sabe o quanto é importante um hospital em uma cidade. Mas, temos uma preocupação enorme e já questionávamos isso na época, com relação a quem vai pagar a conta dos Hospitais Regionais. Nós conhecemos a realidade dos Municípios paranaenses, as dificuldades que vivem, em função de uma receita limitada. Todos os dias os Prefeitos estão buscando alternativas, quer aqui no Estado ou no Governo Federal, para aumentar as suas receitas. E não poderão, os Municípios ou o Município-sede onde os Hospitais Regionais serão implantados, pagar a conta mais uma vez, em função de um projeto, queiram ou não queiram, de interesse que neste momento eu até considero eleitoreiro.

Pois bem. A resposta que nos dá o Secretário de Saúde - há diversos quesitos questionados pela Oposição. Vou diretamente ao assunto, que nós questionamos a quem caberá o gerenciamento dos Hospitais Regionais no Interior do Paraná -: “a gerência e manutenção dos hospitais dar-se-á por meio de arranjos, parceira institucional entre o Estado, Municípios e entidades filantrópicas ou OSCIP’s Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”. Responde ainda o Secretário: “os custos

de manutenção e a forma de contratação dos profissionais para atuarem nos hospitais estão em fase de estudo.”

Pois bem, Srs. Deputados! Mais uma vez levanto aqui a nossa preocupação com relação a essa questão que considero ser de vital importância à vida dos Municípios paranaenses. São importantes, sim, Srs. Deputados, os Hospitais Regionais, mas nós temos que ter a preocupação de não construirmos mais neste Estado novos “elefantes brancos”, colocados à disposição da população sem que eles se tornem objetos a serviço da população do Interior do Paraná. Tantos e tantos exemplos presenciamos pela mídia deste Estado, de hospitais brigando por verba diuturnamente, de hospitais sendo fechados por dificuldades financeiras e quero crer que estamos diante de mais um problema, porque o Estado não assume a responsabilidade, e essa é a nossa grande pergunta: quem vai pagar a conta?

Entendo, como parlamentar, e lá na minha região será construído um hospital e defendo a sua construção, sim, mas que o Estado, no momento em que anuncia a construção de um hospital regional deveria, ao anunciar, também promover de imediato, atrelado ao edital de construção de um hospital, promover o concurso público para a contratação dos funcionários, de médico, enfim, de toda a estrutura que vai necessitar um hospital regional. Eu dizia no meu pronunciamento aqui na Assembléia que o custo de um hospital regional é de aproximadamente quinze milhões de reais e que a sua manutenção no ano é equivalente ao custo da construção.

Portanto, nós que vivemos no Interior, sabemos que muitos Municípios de pequeno porte não pagam nem a parcela da Associação dos Municípios, de que fazem parte, imaginem agora que os Prefeitos vão pagar a conta de um hospital regional que chega à casa de quase dois milhões de reais por mês, a sua manutenção! Essa é a nossa preocupação!

Nós não somos contra a construção de hospital regional, mas somos inteiramente favoráveis, entendemos que é uma necessidade para as regiões. Não queremos que se coloque nas mãos dos Prefeitos Municipais das regiões do Estado mais um compromisso, mais um comprometimento da receita dos Municípios do interior do Paraná.

Portanto, trago esta preocupação mais uma vez ao Plenário desta Casa, para que o governo tome consciência e que, atrelado à construção dos hospitais, promova já de imediato, o concurso público para a contratação dos funcionários, promova, enfim, toda e qualquer estrutura que possa dar a sustentabilidade aos hospitais regionais do interior do Paraná.

Nós sabemos que a crise da saúde é uma crise realmente instalada no País; os hospitais da iniciativa privada encontram dificuldades. Nós vamos criar com certeza mais “elefantes brancos”, se o Governo não assumir por inteiro a responsabilidade de manter esses hospitais.

Eu afirmava, no passado, que o Estado tinha como dívida para com os hospitais do Estado quase trinta

milhões de reais em compromisso de atendimento de alta-complexidade. Se o Estado não paga esses atendimentos alta-complexidade dos hospitais do interior do Paraná, imaginem se vai assumir a responsabilidade de manutenção dos novos hospitais que poderão ser instalados no Estado!

Por isso, Srs. Deputados, quero manifestar mais uma vez essa preocupação, para que ela fique registrada nos Anais desta Casa, sob pena de, no futuro esses hospitais regionais estiveram funcionando, que a sociedade paranaense saiba que alguém levantou a sua voz. E os Prefeitos que hoje estão sendo contemplados, até muitas vezes não têm a coragem, Deputado Valdir Rossoni de dizer ao Governador: “Eu não quero o hospital, porque o custo é muito alto”. O Prefeito não tem coragem porque ele depende do Governo, ele precisa da verba do Governo, e é por isso que ele não se manifesta!

É por essa razão que estamos aqui e é nosso dever, Deputado Valdir Rossoni, levantar esta questão e colocá-la em questionamento.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Traiano, a grande verdade da questão da saúde no Paraná, se quiserem levar a sério, que é um dos mais graves problemas sociais do Estado do Paraná, é que não há necessidade de construir hospitais. O que há, sim, é a necessidade de equipar os hospitais que temos. Se você for a Francisco Beltrão, tenho a certeza que vai encontrar hospitais onde faltam recursos para o seu funcionamento. Você chega em Pato Branco, acontece o mesmo caso. Você chega em União da Vitória acontece o mesmo. Isso é em todo o Paraná!

Na verdade, é o seguinte: iniciasse a construção de um hospital agora! Deixa pela metade no final do Governo que vem! Entra um novo Governador que vai ter que assumir toda a responsabilidade de terminar essa obra, porque é um investimento muito grande. Enquanto isso, os hospitais ficam chorando por falta de recursos.

Para que V. Exas. tenham uma idéia, eu cito sempre um número como exemplo do descaso com a saúde do Paraná: a Regional de União da Vitória, Hospital Regional de União da Vitória, recebe oitenta mil reais por mês para atender toda a região Sul do Estado do Paraná. Imaginem o que eles estão fazendo com a saúde no restante do Estado do Paraná.

Somo-me ao seu pronunciamento. Chega de “elefante branco!” Vamos cuidar do que temos”!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado!

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. está coberto de razão. E o que se observa hoje é que o Estado prega a todos os paranaenses a idéia de que está revolucionando a saúde. Eu tenho informações que o próprio funcionamento público, hoje tem que ficar doente em hora certa, Deputado Valdir Rossoni, porque os médicos atendem só

até às 14h00, em determinados dias, no interior do Paraná. E aí o Governo quer criar mais outras situações com objetivo apenas eleitoral!

V. Exa. tem razão, nós estamos a um ano e meio para o término deste Governo, não há tempo hábil, necessário e suficiente para fazer funcionar esses hospitais. E o Governo quer capitalizar politicamente, de uma forma eleitoral, com a construção desses hospitais e colocar nas mãos dos Municípios a responsabilidade de bancar o sustento desses hospitais.

Por isso, nesta tarde, deixo de uma forma corajosa, mais uma vez, registrada a minha preocupação, porque lá na frente, com certeza, nós vamos ter movimentos, Deputado Scarpellini, de Prefeitos, da população colocando-se na rua, em avenidas públicas, protestando por recursos para o funcionamento de hospitais, e o Governo, de uma forma irresponsável, constrói, sim, os hospitais, mas joga uma bomba-relógio na mão dos Prefeitos que não têm a coragem de dizer não, porque é uma obra que dá voto, sim, mas não é este o nosso objetivo, fazer da saúde um privilégio daqueles que querem usá-la como urna eleitoral!

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Gostaria de registrar aqui nesta Casa que ontem demos entrada a um requerimento pedindo ao Presidente da Assembléia, Hermas Brandão, que montasse uma Comissão para que nós pudéssemos fazer, juntamente com a CCJ, a Comissão para a consolidação das leis do Estado do Paraná, com três a cinco integrantes. Por quê? Porque após a era da formação da Constituição, tanto Federal, como Estadual, hoje existem no Estado do Paraná mais de quinze mil leis, muitas delas ultrapassadas, outras atuais e vai facilitar em muito o nosso trabalho. Por quê? Porque muitos Deputados hoje acabam não conhecendo essas leis, que estão perdidas, e acabam fazendo outras.

Então, vai facilitar até mesmo a pesquisa das leis que já existem no Estado do Paraná, não apenas para nós, mas também para os universitários e para aqueles que têm interesse. Então, na verdade vai ser a consolidação das leis do Estado do Paraná, onde vamos sair na frente e mostrar a organização desta Assembléia, da Assembléia Legislativa do Paraná.

Gostaria do apoio de todos os Deputados e agradeço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ratinho Júnior, amanhã já estará na pauta do projeto de decreto legislativo da Comissão Executiva da Casa, aonde dispõe sobre o processo de catalogação, remissão e consolidação de leis estaduais, em consonância com o que disse V. Exa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Presidente, para retificar o convite que fiz ontem aqui à missa em memória do Papa em Curitiba: será ao

meio dia de sexta-feira na Catedral Basílica de Curitiba e não mais no Bosque do Papa, às cinco horas da tarde. Por quê? Por uma razão de Direito Canônico o Papa transformou a nossa Catedral em Basílica. Basílica é uma igreja papal, uma igreja ligada ao Papa. Assim, a Basílica tem obrigação de fazer as exéquias do Papa.

Então, não teria sentido fazermos duas missas. Conversando ontem à noite com o Arcebispo de Curitiba a comunidade polonesa decidiu somar-se à sua decisão e haverá uma única cerimônia no Paraná, na Catedral Basílica de Curitiba, ao meio-dia.

Outra coisa que queria dizer é que vou me retirar agora, porque vou a Paranaguá; aquela cidade comemora os 350 anos da fundação da sua matriz como paróquia, do erguimento da primeira paróquia do Paraná e eu fui convidado pelo Bispo local, pelo Instituto Histórico, para falar sobre isso. Então, peço licença para me retirar do plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esteja à vontade, Deputado Rafael Greca, nesta missão tão importante que é representar esta Assembléia Legislativa lá em Paranaguá.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu pediria, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que diminuísse um pouco o som, para não atrapalhar o sono do nosso amigo na tribuna de honra.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Apenas para agradecer ao Presidente Hermas Brandão por ter acatado o nosso requerimento apresentado ontem e pela Comissão Executiva também da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Nereu Moura e Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Arlete Caramês, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar que nesta tarde acompanha a Sessão o Vice-Prefeito de Honório Serpa, Altemir Cristofis, pelo Partido dos Trabalhadores.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/04, que estabelece os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA SUBEMENDA.

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme especifica.

Adite-se ao artigo 8º inciso com o seguinte teor, fazendo-se as renumerações necessárias:

“IV - No caso dos docentes da rede estadual de ensino, fica assegurada a remuneração pela titulação de acordo com a tabela de vencimentos fixada na Lei Complementar nº 103/2004.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 02, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme especifica.

Modifique-se o inciso VI do artigo 2º para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“V - atender ao suprimento de docentes e funcionários de escola na rede estadual de ensino e nas instituições estaduais de ensino superior, nas hipóteses previstas na presente lei complementar.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA DE Nº 03, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme especifica.

Adite-se ao artigo 19, *in fine*, a seguinte expressão: “Sem redação da remuneração”.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 04, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme especifica.

Modifique-se o *caput* do artigo 18 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 05, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme específica.

Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 18 que passe a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa desde que cessada a necessidade que motivou a contratação, importar no pagamento ao contratado, de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA DE Nº 06, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme específica.

Adite-se ao artigo 8º inciso com o seguinte teor, fazendo-se as renumerações necessárias:

“IV - Gratificação por atividade específica concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 07, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme específica.

Modifique-se o parágrafo 1º do artigo 3º para que passe a vigorar com a seguinte redação.

“§ 1º A contratação decorrente de vacância ou insuficiência de cargos será realizada pelo prazo máximo de 180 dias, tempo suficiente à criação ou ampliação de cargos, realização do respectivo concurso público e desde que inexistente concurso público em vigência para os respectivos cargos.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA DE Nº 08, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme específica.

Adite-se ao artigo 8º inciso com o seguinte teor, fazendo-se as renumerações necessárias:

“IV - Gratificação por assiduidade concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 09, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme específica.

Substitua-se o artigo 10 pelo seguinte:

“Art. 10. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta lei os seguintes direitos:

I - os arrolados no artigo 34 da Constituição Estadual, exceto no previsto nos incisos XVII, XIX e XX;

II - auxílio-alimentação, na forma da lei;

III - vale-transporte, na forma da lei;

IV - afastamento decorrentes de:

a) casamento, por 05 (cinco) dias;

b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, por 05 (cinco) dias;

c) licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral;

d) licença paternidade de 05 (cinco) dias.

V - Para os docentes contratados para a rede estadual de ensino, auxílio transporte na forma da lei complementar 103/2004.

VI - Valores decorrentes do Regime de Tempo Integral e Dedicção, na forma da Lei 11.713/97.

VII - Repouso semanal remunerado na forma da Lei Federal nº 605/1949.

VIII - Pagamento pelo trabalho no período noturno, na forma da Lei Complementar 103/2004.

IX - Adicional noturno.

X - O direito de petição na forma prevista pelos artigos 261 a 263, da Lei nº 6174/70.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA DE Nº 10, AO
PROJETO DE LEI Nº 485/04

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme especifica.

Adite-se ao artigo 8º inciso com o seguinte teor, fazendo-se as renumerações necessárias:

“IV - Abonos concedidos aos servidores públicos do órgão ou entidade para a qual está sendo feita a contratação.”

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA ÀS EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 485/2004

Acrescente onde couber:

Art... Ficam criados na Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor Operacional das Águas, símbolo DAS-3;

II - quatro cargos de Coordenador de Agência de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5; e

III - um cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, símbolo DAS-5.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO
PROJETO DE LEI Nº 485/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo, visa estabelecer os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Esta matéria recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, ambos com emendas. Agora, é chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade das Emendas de Plenário.

Verificamos que as mesmas estão em acordo com a constitucionalidade e legalidade, bem como, verificamos a necessidade de apresentarmos uma sub-emenda, a qual encontra-se anexa.

Sendo assim, somos favoráveis às Emendas de Plenário, na forma da subemenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Reni Pereira e José Maria Ferreira.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 740, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, nós conversamos não só com o Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva mas também com a Secretária Marta e o Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana e da Secretária tivemos a informação que o projeto não sofreria nenhum prejuízo.

Gostaria que nós tivéssemos maiores informações sobre as emendas; eu pessoalmente tenho dúvidas sobre algumas Emendas e acho que desta forma seria oportuno que votássemos devidamente esclarecidos sobre algumas questões.

Por isso, sendo da base de sustentação do Governo, sendo do Partido do Governo, entendo que é importante que se tenha alguns esclarecimentos antes da votação do projeto. Por isso, encaminhei o pedido de adiamento, devidamente autorizada pela Liderança e pela Secretária.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente também com o mesmo argumento da Deputada Elza Correia, para que possamos ter os esclarecimentos sobre as emendas do referido projeto, até porque, a princípio, somos favoráveis à aprovação de todas elas e queremos conhecê-las melhor.

Então, votamos favoravelmente também ao adiamento por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão, por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 485/04.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de “consumação obrigatória”, ou “consumação mínima” em bares, boates, danceterias,

casa de show e similares no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 098/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a cobrança de quaisquer valores, a título de “consumação obrigatória” ou “consumação mínima”, pelos bares, boates, danceterias, casas de shows e similares no Estado do Paraná, nos termos dos artigos 5º, XXXII, e 170, V, da Constituição Federal e artigos 6º, IV e 39, I, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de que trata esse artigo poderão cobrar valores a título de ingresso, ou entrada, ficando apenas vedada a vinculação destes ao consumo de quaisquer produtos.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos na presente lei, poderão, como de praxe, comercializar bebidas e lanches com os consumidores, porém, não poderão induzir os mesmos ao consumo de bebidas e outros produtos cobrando, além do valor de entrada, o valor adicional correspondente à “Consumação Obrigatória”, ou “Consumação Mínima”.

Art. 3º Ao estabelecimento que infringir os dispostos dos artigos 1º e 2º do presente dispositivo legal, será aplicada a multa no valor de cem vezes o preço cobrado pela “consumação obrigatória” ou “consumação mínima”.

§ 1º Nos casos em que o valor cobrado pelo estabelecimento a título de consumação obrigatória, ou consumação mínima for superior ao preço de qualquer bebida alcoólica, a multa é agravada para 250 vezes o valor cobrado pela consumação.

§ 2º Em caso de reincidência o valor da multa será duas vezes o valor estipulado no *caput* ou no parágrafo 1º do presente artigo, conforme o caso.

§ 3º As sanções impostas neste artigo poderão ser aplicadas sem prejuízo de qualquer outra sanção imposta por órgãos de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou decisão judicial.

Art. 4º A fiscalização e aplicação desta lei ficará a cargo do PROCON/PR, por si e mediante delegação aos órgãos de defesa do consumidor em nível municipal.

Art. 5º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.2005.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18.05.04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 189/2004

Histórico

O Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das Administradoras de Imóveis.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Segundo a Constituição Federal, compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre:

“Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre:

V - produção e consumo.”

Desta forma, pode o Estado legislar sobre a matéria, bem como pode a Assembléia Legislativa legislar sobre a questão, não sendo de competência exclusiva do Poder Executivo nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual.

O projeto se encontra em perfeita sintonia com o Código de Defesa do Consumidor que assim determina em seu artigo 51:

“Art. 51 São nulas pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

XII - obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, em que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;”

Com efeito, a própria legislação federal, através das normas gerais do Código de Defesa do Consumidor, dá total subsídio ao presente projeto de lei.

O artigo 4º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação da leis.

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 189/2004

O artigo 4º passará a ter a seguinte redação:
“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 31.08.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 189/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa do Deputado Mauro Moraes, proíbe, no Estado do Paraná, a cobrança de taxa bancária imposta pelas Administradoras de Imóveis aos locatários de imóveis alugados.

A finalidade desta medida é acabar com o valor para pagamento de aluguéis a título de taxa bancária, que as administradoras de imóveis repassam aos inquilinos.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é proteger os inquilinos das cobranças de taxas bancárias indevidamente feitas pelas administradoras de imóveis.

A proposta do nobre Deputado Mauro Moraes sem dúvida irá beneficiar e proteger todas as pessoas que necessitam pagar aluguel no Estado do Paraná.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 189/2004, de iniciativa do Deputado Mauro Moraes, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Aprovado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Solicito que registrem o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registro o voto contrário da Deputada Elza.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Dia do Frentista no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 112/2004, de 29.11.2004**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 447/2004

P A R E C E R :

O Deputado Mauro Moraes pretende, com seu Projeto de Lei nº 447/2004, instituir o dia 30 de março, como o Dia do Frentista.

No que compete a esta Comissão analisar, o projeto satisfaz as normas regimentais.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para Encaminhar**)

Quero parabenizar ao Deputado Mauro Moraes que lembra ao fazer esse projeto encaminhando o Dia do Frentista, que traz uma categoria que praticamente encontra-se esquecida no Brasil. Os frentistas são aquelas pessoas que trabalham em postos de combustíveis. Fui frentista de posto de gasolina, aqui em Curitiba em 1970, e fico feliz de saber que o Deputado Mauro Moraes teve essa preocupação.

Quero lembrar ainda, que essa categoria teve um momento em sua história que quase acabou pela extinção. Quando, aqui, no Brasil capitaneado pelas empresas distribuidoras de petróleo a Esso e Shell, implantaram, aqui, no Brasil o chamado self service (auto-atendimento) nos postos de combustíveis. E, se tivesse prosperado, não teria no dia de hoje nenhum frentista e talvez não tivéssemos que votar aqui o Dia do Frentista. Elaboramos na Câmara Municipal um projeto que proibiu o auto-atendimento ou self service e mandamos a Brasília, onde o então Deputado Aldo Rebelo apresentou um projeto que se tornou lei no Brasil, proibindo o self service. Graças a esses projetos, mantivemos em Curitiba mais de 25 mil empregos e o Paraná, mais de 300 mil. Portanto, temos a garantia dessas categorias chamada frentista e que o Deputado Mauro Moraes muito bem hoje coloca esse dia, que é uma categoria sofrida mas que faz jus ao seu trabalho e ajuda a toda a população brasileira.

Parabéns a todos os frentistas e ao Deputado Mauro Moraes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a alínea “C” do inciso V, ao artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (**Publ. no DA nº 001/2005, de 16.02.2005**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 002/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a alínea “C”, do

inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece tratamento tributário pertinente ao IPVA.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça encontrou, na justificativa do autor, a pretensão da prática do princípio de isonomia no tratamento dado a deficientes proprietários de veículos automotores ao menor de idade com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, cujos pais ou responsáveis poderão adquirir o veículo para uso nos seus nomes. E quanto a constitucionalidade, não encontramos nenhum óbice para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2005, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 09.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 002/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a alínea "C", do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece tratamento tributário pertinente ao IPVA.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 002/2005, por entender que o mesmo procura sanar problemas na aplicabilidade da Lei nº 14.260, no tocante dos menores que têm seus pais como representantes legais, questão que não foi prevista no texto legal, o que os impossibilita de usufruírem da isenção do IPVA, concedidas aos deficientes proprietários de veículos automotores.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 704, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 002/2005.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privado no âmbito estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 003/2005, de 22.02.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 038/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, que objetiva instituir normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça encontrou, na justificativa do autor, justificativa da importância da proposição em tela, com relevante interesse público, considerando a escassez de recursos orçamentários para grandes investimentos em setores com estrutura deficitária, como transportes e saneamento básico. O autor informa, também, que os Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul já dispunham do instrumento que estabelece normas gerais para formalizar das PPPs, com base em legislação estadual própria, antes mesmo da edição da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. E quanto à constitucionalidade, não foi encontrado nenhum óbice para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 038/2005, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 038/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei complementar, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 038/2005, quanto ao mérito, tendo em vista da importân-

cia que irá proporcionar recursos para grandes investimentos em setores com estrutura deficitária, como transportes e saneamento básico.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 705, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero, em primeiro lugar, concordar com o requerimento que pede o adiamento, haja vista que é um assunto da maior importância e foi amplamente discutido na CCJ, mas deve ser também discutido no plenário da Assembléia Legislativa; trata-se da parceria público privada.

Quero encarecer ao nobre Líder do Governo para que, ao invés de dez Sessões, a gente restrinja para apenas cinco Sessões. Acho que isso já será suficiente para suscitarmos o debate e podermos aprofundar os estudos para a aprovação ou não dessa matéria tão relevante para toda a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Com a palavra o Sr. Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Estive conversando hoje com a Casa Civil e pediram para falar com o Deputado Durval Amaral e pedir a sua compreensão, para adiar por dez Sessões.

Imagino, também, Deputado, que cinco Sessões são suficientes para que formalizemos juízo sobre isso. Nós concordamos em adiar por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu solicito apenas que a assessoria do Deputado Dobrandino providencie a alteração aqui. Ao invés de dez, para cinco Sessões.

Deputado Neivo, para encaminhar.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Eu tenho uma visão contrária em relação a esse projeto, analisando só a parte constitucional, legal. Parece-me que ele tem vício de origem, porque compete à União: "...legislar sobre - Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronáutico..." e tantas outras atribuições que competem exclusivamente ao Congresso Nacional.

Nesse aspecto me parece que o projeto - Item 6 - fere o artigo 37 da nossa Constituição Federal. Apenas para suscitar o debate, para que seja melhor discutido em relação à sua parte constitucional e isso, certamente, fará

com que o autor do projeto, o presidente da CCJ, possa analisar esse nosso parecer jurídico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, está sendo discutido o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Deputados favoráveis ao adiamento por cinco Sessões, do Projeto de Lei 035/2005, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 038/2005.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Bibi Meireles - Lar Mãe de Misericórdia, com sede e foro no Município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 009/2005, de 07.03.2005**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Bibi Meireles - Lar Mães de Misericórdia, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 010/2005, de 09.03.2005**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 079/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário

de São Manoel, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 079/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede no Município de Santa Maria do Oeste e foro no Município de Pitanga.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública ABESTI - Associação Beneficente e Evangélica de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 010/2005, de 09.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 084/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-la às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 084/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica, com sede no Município

de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 007/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a pavimentação asfáltica do trecho da sede do Município de Cantagalo ao Terminal de Calcário passando pelo entroncamento da PR-364. **Aprovado. (Publ. no DA nº 19/2005, de 29/03/2005).**

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a ligação asfáltica do trecho que liga os Municípios de Pinhão e Cândói, via Cooperativa Agrária e Águas de Santa Clara. **Aprovado. (Publ. no DA nº 19/2005, de 29/03/2005).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 644, 650 e 668, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 701, 702 e 703, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Prejudicados.**

Requerimentos nºs 706, 707, 717 e 718, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 708, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 709 a 714, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 715, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 719, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 721, 722 e 724, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 725 a 728 e 739, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 735, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 736, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e demais Deputados constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 741, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 744, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 745, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Barbosa Neto e Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 716, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lido o teor.

Eu pedi para encaminhar o requerimento e o som não estava aberto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pois não.

“Requerimento do Sr. Deputado Barbosa Neto.

Requer voto de congratulação ao Secretário de Estado da Saúde, agradecimentos.”

Em discussão. Em votação.

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Scarpellini.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero cumprimentar o Deputado Barbosa Neto. Faz jus ao Secretário Xavier que, com todas as dificuldades que tem, vem fazendo um grande trabalho na saúde do Paraná.

Parabéns, Deputado Barbosa Neto, pelos votos ao Secretário. Votei favorável também.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, com o consentimento do colega Scarpellini, que fará uso dos quinze minutos, eu faria apenas de dois minutos ou menos que isto, eu gostaria de falar neste instante, devidamente autorizada pelo Deputado que me antecederia.

Na verdade, é preciso que tenhamos bastante tranquilidade aqui na Casa, de que, quando cometemos um equívoco, voltemos atrás. No projeto do companheiro Mauro Moraes, eu tinha uma orientação da minha asses-

soria jurídica, dizendo que o projeto já estaria disciplinado, que trata do artigo do Código de Defesa do Consumidor, que a matéria já está devidamente disciplinada no Código, os artigos 30, 37 e 56 até 60 e 67, que proíbe a publicidade e a informação enganosa e estabelece penalidades para serem aplicadas aos infratores.

Portanto, esse projeto que trata dessas indenizações, seria inconstitucional, porque estaria invadindo a competência da União, que disciplina esta matéria. Entretanto, várias matérias nesta Casa nós votamos exatamente porque as leis federais não são cumpridas, e um instrumento estadual, forçaria a execução correta da legislação federal. Neste caso eu sei também que nós, legisladores estaduais, não estamos proibidos de legislar concorrentemente com a União, sobre os direitos do consumidor.

Então, na hora da votação cometi um equívoco. Deveria ter votado favoravelmente com o colega. Votei contra. Isto já está registrado. Mas, acho importante deixar consignado na Casa, quando cometemos equívocos, e dizer que na votação de amanhã estarei votando com o companheiro, porque embora some, entre na competência da União, nós estamos proibidos de legislar sobre essa questão.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está registrada sua fala.

O Deputado Scarpellini está com a palavra, por quinze minutos, intransponíveis e sem apartes.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fico feliz em ouvir as declarações e ponderações da Deputada Elza Correia, que viu a matéria que está sendo colocada pelo Deputado Mauro Moraes já está contemplada no Código de Defesa do Consumidor. Então, seria uma superposição e nós estaríamos dentro de uma legislação que se soma inócua, ineficiente e que é evidente que ela praticamente já é um natimorto.

O Deputado está de parabéns pela iniciativa. A vontade de fazer. E temos que fazer as coisas acontecerem, discutir, lembrar, para que o cidadão saiba que tem direito e certas coisas que muitas vezes falta na mesa de um advogado o código, o Estatuto do Idoso, do Menor, do Adolescente, falta na mesa das pessoas a Constituição da República, a Constituição do Estado, para poder orientar e dar um embasamento jurídico e constitucional naquilo que nos achamos de direito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Amanhã vamos ter aqui na Assembléia Legislativa a presença do Secretário da Segurança Pública. Uma pena que os temas que serão tratados amanhã seja com relação às prisões, cadeias públicas superlotadas e a menores. O tema precisava ser mais abrangente para se poder questionar o abandono no qual se encontra a Segurança Pública na Região Metropolitana de Curitiba.

Nós estamos aqui em Curitiba com a 17ª semana com mais de dez mortos por finais de semana. Décima sétima se completou agora, com mais de dois dígitos de mortos na região metropolitana! Fui procurado por um empresário de Quitandinha para uma providência policial que se fazia necessária naquele município. O empresário estava sendo ameaçado, sua casa tinha sido cercada por bandidos que estavam querendo se vingar de um crime que esse empresário havia denunciado e testemunhado.

Fomos até a vizinha comunidade de Quitandinha para lá podermos pedir providências e proteção a esse empresário. Encontramos lá uma situação muito complicada. Uma situação que me fez imaginar que está falida realmente a segurança no Paraná.

Não tem delegado em Quitandinha. Lá tem um funcionário da Prefeitura que está à disposição para abrir a porta da delegacia e se tiver algum problema ele comunica o Delegado da Fazenda Rio Grande.

E aí disse-me o seguinte: “olha, é melhor nem dar o nome do empresário, porque alguém pode descobrir e aí irão se vingar dele, porque temos aqui um P2, que seria um policial reservado, informações que podem fazer um levantamento e apurar essa situação e punir os bandidos que estão ameaçando o empresários.”

Eu, diante desse caos, não tive outro recurso a não ser ligar para Fazenda Rio Grande onde também vi dificuldades para poder gestionar uma proteção ou uma situação que pudesse dar uma segurança à pessoa que estava ameaçada. E assim estamos vendo na Região Metropolitana, sentido o índice de criminalidade aumentando, as notícias, os fatos, trazendo um verdadeiro caos.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar e agradecer a presença do Vereador de Uraí, Lino Fukuda, do Presidente da Associação Nipo Brasileira de Uraí, Rubens Julio Shishido, o Sr. Caio Koyushi - Presidente da Laka de Assaí e o Sr. Paulo Yoshida - Diretor da Laka que honram conosco suas presenças aqui neste Plenário.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Esta Casa soma-se ao Deputado Luiz Nishimori a esta colônia laboriosa que ajudou a construir o Paraná.

Lá vimos as primeiras plantações de rami no Paraná. Vimos um exemplo de comunidade.

Deputado Luiz Nishimori, parabéns pela lembrança e parabéns pela colônia japonesa que aqui está.

No outro mandato meu de Deputado, deixamos esta Assembléia florida com as cerejeiras que trouxemos de Campos do Jordão, cerejeiras do Japão, que plantamos aqui nesta Casa, em homenagem, quando esteve aqui o Embaixador do Japão. Fizemos aqui o plantio das cerejeiras que florescem quando o inverno chega na nossa cidade. Amanhã vamos ter aqui, o Secretário, para vir dar as explicações que o Paraná pede, que a comunidade paranaense pede. Ele está vindo por convocação nossa,

da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, que, com base no Artigo 54, Inciso 33, fez a convocação.

Quero deixar, aqui, um convite à imprensa do Paraná, aos Deputados, para que amanhã, às 10h da manhã, no plenarinho, possamos questionar os temas que já foram previamente estabelecidos e que certamente são de interesse de toda comunidade e desta Assembléia Legislativa do Paraná.

Não quero me delongar, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Me dou por satisfeito e encerro, aqui, com esse convite para amanhã, às 10h, onde vamos recepcionar, aqui, Deputado Neivo, Deputada Elza, Deputado Barbosa Neto, o Secretário da Segurança para que ele possa expor o seu plano para as soluções que se apresentam graves no Paraná. Então, amanhã, às 10h, estaremos aí para podermos questionar as situações já previamente anunciadas para a convocação do Sr. Secretário da Segurança.

A Ordem dos Advogados do Brasil já confirmou presença também, para participar desse evento, essa audiência pública que acho que contribuirá para se fazer uma abertura de diálogo desta Casa com o Sr. Secretário da Segurança do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nada mais havendo a tratar...

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Havendo a falta absoluta de quórum, dou por encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o Regimento Interno é claro que, enquanto houver mesmo que dois ou três Deputados, a Sessão pode progredir, só que não pode deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Oito Deputados para prosseguir a Sessão.

Se V. Exa. quiser, nós procederemos a chamada nominal.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Solicito a chamada nominal a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vai ser feita a chamada nominal.

Solicito à Assessoria da Mesa se é possível fazer a chamada nominal depois de Explicações Pessoais.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Eram dois Deputados inscritos em Explicações Pessoais. Era a Deputada Elza que já usou da palavra e o Deputado Scarpellini.

Para esclarecer o Deputado Neivo: eram os dois Deputados inscritos que já usaram da palavra.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 189, 447/2004; 066, 079 e 084/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 032, 033, 046, 050, 054 e 101/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atos da Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 90/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 478, datado de 15 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, ALEXANDRE ANTONIO SAAD GEBRAN NETO, matrícula 40.735, ocupante do cargo de Médico, sob Regime Jurídico Único, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, a partir de 15 de fevereiro de 2005.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 91/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 479, datado de 15 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, ROSANE MARY MOBIUS, matrícula 40.386, ocupante do cargo de

Médica, sob Regime Jurídico Único, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, a partir de 15 de fevereiro de 2005.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 09/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 225, datado de 18 de janeiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição para prestar serviços junto à Vice-Governadoria, a servidora deste Poder Legislativo, Regina Fischer Pessuti, matrícula nº 41260, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 30/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 852, datado de 25 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOLVEIA, matrícula nº 40588, de noventa (90) dias, a partir de 23 de fevereiro de 2005, término 24 de maio de 2005. CID. 10.I.10.

Gabinete da Diretoria Geral, 09.03.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 31/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7858, datado de 25 de novembro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar anotar, na Ficha Funcional de SÔNIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 058, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A", NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, os seguintes períodos de tempo:

1º. de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 35, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 129, I, da Lei nº 6.174/70, para todos os efeitos legais dois (02) anos e seis (06) dias em que prestou serviços na Secretaria de Estado da Administração, no período compreendido entre 25 de maio de 1981 e 31 de maio de 1983, conforme Certidão em apenso;

2º. de acordo com o parágrafo 5º do artigo 35, da Constituição Estadual, para efeito de aposentadoria, dois (02) anos, seis (06) meses e dezoito (18) dias, já descontado o tempo em paralelo, conforme Certidão de Tempo de Serviço, fornecida pelo Instituto de Previdência Social/INSS, na empresa Dispat - Distribuidora Técnica Representações Ltda., de 01.11.78 a 27.08.79; na Ordem-Organização e Brambrilla Ltda., de 06.09.79 a 26.03.81; na Lester Móveis e Acessórios Ltda., de 22.04.81 a 21.05.81; e, na Câmara Municipal de Curitiba de 19.05.83 a 30.06.83.

Gabinete da Diretoria Geral, 09.03.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portarias DAT

PORTARIA Nº 006/2005 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 31901100 | 2000 | 100 | 500.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 31909600 | 2000 | 100 | 500.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 28.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: NEREU MOURA - Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 009/2005 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo

com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 31901100 | 2000 | 100 | 600.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 33904100 | 2000 | 100 | 100.000,00 |
| 31909400 | 200 | 100 | 5.000.00,00 |
| | | | 600.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 02.03.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: NEREU MOURA - Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 010/2005 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 44905100 | 2000 | 100 | 4.000.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 31901300 | 2000 | 100 | 4.000.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 25.03.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: NEREU MOURA - Primeiro Secretário